



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCOS AURÉLIO BRAMBILLA

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

Londrina
2015

MARCOS AURÉLIO BRAMBILLA

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA PARA OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE) – Mestrado - Universidade Estadual de Londrina, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B33e Brambilla, M. A.
Análise da eficiência da gestão do Programa Bolsa Família para os municípios do
Paraná./ Marcos Aurélio Brambilla. – Londrina, 2015.
63 f.: il.

Orientador: Sérgio Carlos de Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em
Economia Regional, 2015.

Inclui bibliografia.
1. Programas Sociais – Teses. 2. Programas de Transferência de Renda – Teses. 3.
Programa Bolsa Família – Teses. I. Carvalho, Sérgio Carlos II. Universidade Estadual
de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em
Economia Regional. III. Título.

CDU 330.85

MARCOS AURÉLIO BRAMBILLA

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA PARA OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE) – Mestrado - Universidade Estadual de Londrina, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. José Adrian Pintos Payeras.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Saulo Fabiano Amâncio Vieira.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 22 de Abril de 2015

DEDICO

*A Deus por ter me ajudado
nesta trajetória, que
considero o melhor
momento da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus que me concedeu a vida.

Aos meus pais, Eliane e Marcos que sempre me incentivaram, acreditaram e me apoiaram.

Ao meu orientador Sérgio Carlos de Carvalho pelos ensinamentos e dedicação.

Aos meus colegas de curso com quem compartilhei essa experiência única, que sempre lembrarei.

A todos os professores, que contribuíram para a minha formação acadêmica.

À coordenação do Mestrado e funcionários pela sua dedicação.

E a todos que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram com minha formação.

BRAMBILLA, Marcos Aurélio. **Análise da eficiência da Gestão do Programa Bolsa Família para os municípios do Paraná.** 63 f. Dissertação de Mestrado em Economia Regional. - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar a eficiência da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) nos municípios do Paraná. Para tanto, foram utilizados os indicadores da gestão do PBF, fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os índices de eficiência foram gerados a partir do modelo não paramétrico da Análise Envoltória de Dados com retornos variáveis à escala, orientado a *outputs*. Os resultados obtidos apontam que pela análise de eficiência relativa dos municípios do Paraná na gestão do PBF, três dos 399 municípios foram eficientes (Apucarana, Mangueirinha e Paranapoema), localizados nas regiões Norte Central, Centro-Sul e Noroeste. Isso indica que há espaço para os demais municípios paranaenses melhorarem sua gestão. O indicador que mais contribui para a qualidade da gestão do PBF foi a Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro, por sua vez a Taxa de Atualização de Cadastro, foi a que mais colaborou para a redução do Índice de Gestão Descentralizada. Em relação à Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar, pode se apontar que contribui positivamente para o Índice de Gestão Descentralizada, embora apresente apenas nove municípios eficientes, apresentou um grande percentual de municípios pertencentes à classificação de ineficiência fraca e a Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde, assim como na Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar, também apresenta nove municípios eficientes, no entanto os municípios com ineficiência fraca apresentou um percentual menor. No que tange a avaliação da eficiência por tamanho populacional, os resultados apontaram que os menores municípios estão apresentando melhor desempenho. Desta forma, conclui-se que: entre os municípios paranaenses, os piores indicadores de eficiência relativa de gestão do PBF estão na Taxa de Atualização de Cadastro e na Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde; e a gestão do PBF está inversamente relacionada com o tamanho do município.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Índice de Gestão Descentralizada. Análise Envoltória de Dados.

BRAMBILLA, Marcos Aurélio. **Analysis of the efficiency of the Bolsa Família Program Management for municipalities of Paraná.** 63 p. Dissertation in Regional Economics. - Centre for Applied Social Studies, State University of Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the efficiency of the management of the *Programa Bolsa Família* (PBF) in the municipalities of Paraná. Therefore, it was used the PBF management indicators, provided by the Ministry of Social Development and Combat Hunger, the efficiency indexes were generated from the nonparametric model of Data Envelopment Analysis with variable scale returns, output oriented. The results indicate that by the relative efficiency analysis, among all the localities of the state in management of PBF, three of them were efficient (Apucarana, Mangueirinha and Paranapoema), located in the North Central regions, Central-South and Northwest. This indicates that there is room for other municipal districts to improve their management. The indicator that presented the major contributes to the quality of the *Programa Bolsa Família* management was the Qualified Coverage Rate Registration, by other hand the Registration Update Rate was the rate that most contributed to the reduction of the Decentralized Management Index. In relation to the School Attendance Tracking Rate, can pointed out that it contributes positively to the Decentralized Management Index, although it has only nine efficient municipalities, presented a large percentage of municipalities belonging to the weak inefficiency rating and rate Monitoring the Health Agenda, as well as in the School Attendance Tracking Rate, also features nine efficient municipalities, however municipalities with weak inefficiency has a lower percentage. Regarding the assessment of the efficiency by population size, the results showed that the smaller municipalities are showing better performance. Thus, it is concluded that: between the municipal districts, the worst relative efficiency indicators of PBF management are in the Update Registration Rate and Health Agenda Monitoring Rate; and the management of the Bolsa Família Program is inversely related to the municipality size.

Keywords: *Programa Bolsa Família*. Decentralized Management Index. Data Envelopment Analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Estatística descritiva dos <i>scores</i> de eficiência dos municípios paranaenses em 2013 do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e das taxas que o compõem.....	39
Tabela 2 –	Níveis de eficiência da Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro do Cadastro Único no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	41
Tabela 3 –	Níveis de eficiência da Taxa de Atualização de Cadastro do Cadastro Único no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	43
Tabela 4 –	Níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	45
Tabela 5 –	Níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde do Programa Bolsa Família no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	47
Tabela 6 –	Níveis de eficiência do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	49
Tabela 7 -	Coefficiente estimado da variável independente para 2013	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Interpretação geométrica dos fatores de escala no modelo BCC, com orientação a <i>outputs</i>	36
--------------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Autor e título, objetivo e conclusão de estudos nacionais e internacionais sobre Programas de Transferência Condicionada de Renda.....	20
-------------------	--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro do Cadastro Único no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados	40
Figura 2 –	Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Atualização de Cadastro do Cadastro Único no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	42
Figura 3 –	Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	44
Figura 4 –	Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde do Programa Bolsa Família no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.....	46
Figura 5 –	Mapa dos níveis de eficiência do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMAS	Conselho Municipal Assistência Social
DEA	<i>Data Envelopment Analysis</i>
DMU	<i>Decision Making Unit</i>
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
GP	Grande Porte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
M	Metrópole
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Médio Porte
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Pequeno Porte I
PPII	Pequeno Porte II
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAAS	Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde
TAFE	Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar
TAC	Taxa de Atualização de Cadastro
TCQC	Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS	15
2.1	EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	15
2.2	PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	16
2.2.1	Programas de Transferência de Renda no Brasil.....	17
2.3	ESTUDOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA	19
2.4	DEFINIÇÕES E A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF).....	24
2.4.1	Benefícios do Programa Bolsa Família	25
2.4.2	Condicionalidades do Programa Bolsa Família	26
2.4.3	Índice de Gestão Descentralizada (IGD).....	27
2.5	ESTUDOS SOBRE EFICIÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS	29
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1	BASE DE DADOS	32
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	32
3.3	MÉTODO DE ANÁLISE: ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS E MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS	32
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1	ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS SCORES DE EFICIÊNCIA.....	38
4.1.1	Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro.....	39
4.1.2	Taxa de Atualização de Cadastro	41
4.1.3	Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar.....	43
4.1.4	Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde	45
4.1.5	Índice de Gestão Descentralizada.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXO	58
ANEXO A -	Escores de Eficiência da TCQC, TAC, TAFE, TAAS e do IGD	59

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um dos principais temas discutidos no Brasil e nesse debate as políticas sociais têm um papel muito importante, em especial o Programa Bolsa Família. Os resultados dessas políticas nos últimos anos tem sido positivos, de 2011 a 2012 saíram da pobreza 3,5 milhões de pessoas (CAMPELLO; NERI, 2013).

O Programa Bolsa Família (PBF) criado em 2003, era apenas uma medida provisória para unificar os programas sociais existentes até então. Os programas que existiam eram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Mas com o passar dos anos o programa se consolidou como o principal programa de transferência de renda do país.

Levando em consideração a abrangência que tomou o PBF, com um expressivo volume de recursos repassado às famílias pobres, o Governo Federal decidiu adotar uma medida para controlar a qualidade da gestão do programa. Em 2006, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criou o Índice de Gestão Descentralizada para o PBF. O objetivo é avaliar a qualidade da gestão municipal, vinculando o repasse financeiro de acordo com a gestão, quanto melhor a gestão, maior o repasse de recursos.

Entretanto, de acordo com a literatura pesquisada, são poucos trabalhos científicos realizados com o intuito de avaliar a qualidade da gestão do PBF, em especial no Paraná. De acordo com o IBGE, em 2013 o Paraná apresentou o 5º maior PIB do país (R\$ 239 bilhões) representando 5,98% do PIB nacional, em relação aos outros estados da região Sul, Santa Catarina apresentou o 6º maior PIB do Brasil (R\$ 169 bilhões) e o Rio Grande do Sul apresentou o 4º maior PIB do país (R\$ 263 bilhões), portando entre os estados do Sul o Paraná tem o 2º melhor PIB. Quanto às exportações o Paraná foi o 5º maior exportador do país (R\$ 18.239 bilhões), representando 7,5% das exportações brasileiras, enquanto que Santa Catarina foi o 10º maior exportador do país, representando 3,6% das exportações do Brasil (R\$ 8,689 bilhões) e o Rio Grande do Sul foi o 3º maior exportador, representando 10,4% das exportações brasileiras, também obtendo o 2º melhor resultado entre os estados da região Sul.

No entanto, a cobertura do PBF para as famílias paranaenses em situação de pobreza é de 78%, a pior entre os estados brasileiros (MDS, 2014). No país a cobertura ultrapassa 100%, ou seja, existem mais famílias sendo beneficiadas pelo PBF do que a

estimativa de famílias pobres¹. Existem duas hipóteses para ocorrer isso. A primeira hipótese seria que, pode haver famílias sendo beneficiadas que não atendem os critérios de renda do PBF e a segunda hipótese, pode haver alguma falha na estimativa de famílias pobres. Mas o que explicaria a subcobertura do programa no Paraná? Neste trabalho procura-se explicar a baixa cobertura estudando a eficiência da gestão do PBF. Portanto, convém questionar, qual a eficiência da gestão do Programa Bolsa Família nos municípios do Paraná? E a eficiência por porte de município?

O objetivo desta pesquisa é analisar a eficiência da gestão do Programa Bolsa Família nos municípios do Paraná por meio da Análise Envoltória de Dados. E os objetivos específicos são: 1) construir um ordenamento (índice) de eficiência relativa entre os municípios do Paraná com a utilização da Análise Envoltória de Dados (DEA); 2) analisar as estatísticas descritivas dos *escores* de eficiência da Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro (TCQC), Taxa de Atualização de Cadastro (TAC), Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar (TAFE), Taxa de Acompanhamento da Agenda da Saúde (TAAS) e do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios paranaenses e 3) analisar a eficiência da TCQC, TAC, TAFE, TAAS e do IGD para os municípios paranaenses no geral e por porte de município.

O trabalho está dividido em cinco capítulos incluindo a introdução. O capítulo dois apresenta um arcabouço teórico, abordando a evolução das políticas sociais, os programas de transferência de renda e as definições e a evolução do Programa Bolsa Família. O capítulo três é referente à metodologia, que apresenta a fonte de dados, os métodos e variáveis utilizadas, a Análise Envoltória de Dados e os Mínimos Quadrados Ordinários. O capítulo quatro apresenta os resultados e discussões do trabalho. E finalmente, o último capítulo que exhibe as considerações finais, seguida das referências.

¹ Existem duas hipóteses para ocorrer isso. A primeira hipótese seria que, pode haver famílias sendo beneficiadas que não atendem os critérios de renda do PBF e a segunda hipótese, é que pode haver alguma falha na estimativa de famílias pobres.

2 ABORDAGEM TEÓRICA E EMPÍRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Neste capítulo foi realizada uma revisão teórica acerca da evolução das políticas sociais, de programas de transferência de renda e de definições e da evolução do Programa Bolsa Família. Além de uma revisão de literatura sobre a eficiência de recursos públicos destinados a saúde, educação e ao programa de transferência condicionada de renda (PBF), e de trabalhos referentes a programas de transferência de renda internacionais.

2.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O desenvolvimento da sociedade capitalista pôs fim à ideia de que o funcionamento do mercado solucionaria os problemas sociais, especialmente a pobreza (BRAVO; PEREIRA, 2002). Desse modo, o Estado passou a criar programas e planos de ação que visavam beneficiar grupos sociais, dando origem ao “Estado de Bem Estar” ou “Estado Social”. (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

O começo da intervenção do Estado para a proteção social se deu no período compreendido entre 1883 e 1914 em países industrializados. Uma marca inicial foi a adoção do seguro-saúde na Grã-Bretanha e em mais dez países europeus, sendo que nove desses países também começaram a apresentar leis referentes a pensões para idosos. Os fatores políticos e econômicos das décadas de 1920 e 1930 foram decisivos para a confirmação da constituição do Estado Social nos anos 1940 (BRAVO; PEREIRA, 2002).

Na década de 1970 os Estados nacionais começam a passar por crises fiscais e de endividamento. No entanto, mesmo os Estados passando por crises econômicas, ainda procuram encontrar alternativas de gestão para financiar suas políticas assistencialistas. Apresentando uma tendência de aumento nos gastos sociais, com início a partir do pós-guerra. (FERNANDES, 2007).

No Brasil, o primeiro governo de Getúlio Vargas marcou o início das ações para atender a população mais vulnerável, com a criação das leis trabalhistas e outras medidas propostas por ele. Café Filho observou outras deficiências, na área da educação, elaborando propostas no ensino primário e no ensino médio. Com Café Filho, também foi criado o Código Nacional de Saúde e tomadas medidas nas áreas de Previdência Social e Habitação Popular.

No governo de Juscelino Kubitschek, a prioridade foi o Programa de Metas, mas deu continuidade no que recebeu dos antigos governos em relação às políticas sociais. E

nos governos de Jânio Quadros e João Goulart também se atentaram no que diz respeito à questão social (VIEIRA, 1995).

No período da ditadura militar pós-1964, crescia a cobertura da política social no Brasil, comandada de forma conservadora, expandindo os direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, em que se modernizou o sistema de Getulio Vargas. Nos últimos anos da ditadura e no governo Sarney, apesar das declarações que a prioridade era a área social, houve poucas iniciativas no que tange a questão social. Por exemplo, a principal política social do governo Sarney foi o Programa do Leite, no qual tinha o intuito de dar condições para as ações populares. (BEHRING; BOSCHETTI 2011).

Silva, Yazbek e Giovanni (2004) ressaltam que, o governo Fernando Henrique Cardoso tinha como principal prioridade a estabilidade econômica, no que tange o controle da inflação, não se destacando no que diz respeito às questões sociais. Apenas em 2001, o governo cria a “rede de proteção social”, com programas destinados a famílias pobres, na categoria Renda Mínima, acompanhados de outros programas em municípios e estados que começaram em 1995.

Mas, pode-se notar que houve avanços nas políticas sociais do país no final do governo FHC. De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000), o Brasil no início do século XXI não era um país pobre, mas sim um país com um grande número de pobres, e de muita injustiça e desigualdade. Sendo necessário ter democracia com eficiência econômica e justiça social. Para alcançar tal objetivo, o país pode inovar em suas políticas, por meio de programas sociais.

2.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Existem diferentes definições para os programas de transferência de renda. A definição para Pires e Longo (2008), é que os programas de transferência de renda são programas sociais com uma intervenção do governo na busca de resultados imediatos para combater a pobreza e a concentração de renda.

Outra definição, de Silva, Yazvek e Giovanni (2004), programas de transferência de renda podem apresentar duas orientações: transferência de renda com base em pressupostos liberais e transferência de renda com base em pressupostos redistributivos. A transferência de renda como um programa que adere aos pressupostos liberais defende que sempre haverá exclusão social e desemprego, tendo como objetivo manter o consumo e garantir a sobrevivência de uma determinada classe da pobreza. A transferência de renda

como um programa redistributivo de renda, atendendo a pressupostos redistributivos, tem como objetivo atender os indivíduos com um auxílio financeiro, buscando a inclusão social.

Em relação à origem dos programas de transferência de renda, Suplicy (2002) relata que o marco inicial de políticas assistencialistas teve início em Ipres, na Bélgica, em 1525. Posteriormente, em 1531 foi criado na Inglaterra e na Europa as Leis de Assistência aos Pobres, que permitiam aos idosos e deficientes receber das paróquias um apoio financeiro. No entanto, essas leis assistencialistas sofreram várias críticas. Adam Smith queria o fim das Leis de Assistência aos Pobres, por acreditar que nas paróquias existiam fraudes. Para David Ricardo as Leis de Assistência aos Pobres não teriam bons resultados, a população só ficaria cada vez mais pobre, quem estava em uma situação boa ficaria pobre e os pobres em uma situação pior, por acreditar que o repasse aumentaria, de tal modo que, diminuiria a renda líquida do país. De acordo com Thomas Malthus essas leis aparentemente aliviavam a condição dos menos favorecidos, mas só resultaria em uma situação ainda pior, haveria um aumento da população sem o devido aumento na produção de alimentos, o que acabaria tirando o alimento de algumas pessoas.

A partir do século XX, a ideia de uma renda mínima foi defendida por muitos pensadores das ciências sociais. Dois deles são Bernard Shaw e Bertrand Russel. Russel fala que não devemos nos preocupar se algumas pessoas com uma renda mínima garantida não quiserem trabalhar, pois muitas delas preferem trabalhar para ter uma condição de vida melhor. E a partir de 1930, muitos países criaram programas para que as famílias tivessem uma renda mínima, com auxílio para crianças, idosos, inválidos e entre outros tipos de benefícios (SUPLICY, 2002).

2.2.1 Programas de Transferência de Renda no Brasil

A aprovação do Projeto de Lei nº 80/1991 pelo Senado Federal marcou o início dos programas de Transferência de Renda no Brasil. Por meio desse projeto é criado o Programa de Garantia de Renda Mínima, proposto pelo então senador do Partido dos Trabalhadores, Eduardo Suplicy. O programa possibilitaria a implantação de Programas de Transferência de Renda no país (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

Com o Programa de Garantia de Renda Mínima, estados e municípios deram início aos programas de transferência de renda em 1995. O município de Campinas/SP com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, programa adotado também pelo município de Ribeirão Preto/SP, em Brasília/DF com o Programa Bolsa-Escola e o Programa

“Nossa Família” adotado pelo município de Santos/SP (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

De acordo com Afonso (2007), no país os programas de transferência de renda tiveram início em 1996 com a criação do Benefício de Prestação Continuada e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Em 1999 é implantado o Programa Agente Jovem. No ano de 2001 são criados os programas de transferência de renda condicionados, Programa Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, no ano seguinte é implantado o Auxílio-Gás. Em 2003 o Governo Federal lança o Fome Zero e posteriormente é criado o Programa Bolsa Família. O Benefício de Prestação Continuada é destinado a idosos acima de 65 anos e deficientes físicos, sem nenhuma fonte de renda, recebendo um auxílio de um salário mínimo. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é para crianças pobres de 7 a 14 anos. O Programa Agente Jovem é para jovens de 15 a 17 anos. O Programa Bolsa Escola é destinado as crianças de 6 a 15 anos e o Bolsa Alimentação para crianças de até 6 anos, gestantes e nutrízes. E o Fome Zero tinha como objetivo o combate à fome com a distribuição direta de alimentos.

Silva (2007) apresentou o desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, orientado por um esforço problematizador do significado e do alcance desses programas no âmbito das políticas sociais brasileiras, considerando suas potencialidades e limites enquanto política de inclusão social. Silva (2007) chegou a conclusão que os programas de transferência de renda no Brasil, mesmo apresentando poucas chances de acabar com a fome e a pobreza no país, melhoram a renda das famílias, ainda que por um período determinado, porque as famílias se encontram em uma situação econômica precária.

Hoffmann (2006) analisou a importância dos programas de transferência de renda para a redução da desigualdade de renda no Brasil entre 1997 e 2004, utilizou dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). Verificou que os programas de transferência de renda contribuíram com a redução de 28% na desigualdade entre 1998 e 2004 e 31% para o período de 2002 a 2004.

Marinho, Linhares e Campelo (2011) procuraram verificar se os programas de transferência de renda impactam a pobreza. Identificaram que o efeito dos programas de transferência de renda não foi estatisticamente significativo na redução da pobreza no Brasil. Segundo eles, isso indica que as transferências podem estar ocasionando uma dependência das famílias pelo benefício, ou seja, a armadilha da pobreza. Isso reforça o argumento dos autores críticos dos programas de transferência de renda, em que os programas não alcançam os

resultados esperados. De acordo com Suplicy (2002), a armadilha da pobreza se refere a uma situação na qual, se o membro responsável pela família receber um benefício que tenha um valor igual ou maior que receberia se fosse trabalhar, seria um fator preponderante para o mesmo não ter estímulo para o trabalho.

2.3 ESTUDOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA

Assim como no Brasil, outros países também adotam Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), inclusive países desenvolvidos. Neste tópico foi realizado um quadro com estudos nacionais e internacionais de PTCR para avaliar as particularidades dos programas entre os países.

Quadro 1 - Autor e título, objetivo e conclusão de estudos nacionais e internacionais sobre Programas de Transferência Condicionada de Renda.

Autor e Título	Objetivo	Conclusão
<p>Frota e Zimmermann (2010)</p> <p>O Brasil e as experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda</p>	<p>Realizar um estudo comparando as propostas dos programas de renda mínima de um país europeu (Alemanha), de um país latino americano (México) e o Programa Bolsa Família (Brasil).</p>	<p>A conclusão geral que foi apresentada no artigo é a de que no Brasil ainda não se consolidou uma rede de proteção social e, portanto, o Bolsa Família não garante de fato a efetivação dos direitos humanos. Na Europa a transferência de renda é concebida como um direito, ou seja, acessível a todas as pessoas e famílias que necessitem. Trata-se de transferência monetária coberta pelo Estado, em que o tempo de duração é ilimitado. O mais importante, em meio a tudo isso, refere-se ao fato de que o valor transferido pelos programas europeus, garante o direito à alimentação adequada, moradia, vestuário, além de cobrir outros custos necessários à sobrevivência física do indivíduo e de sua família. Entretanto, não se pode negar que o programa do Brasil tem atuado de forma significativa na erradicação da fome e na diminuição dos níveis de pobreza no âmbito nacional.</p>
<p>Soares et al (2007)</p> <p>Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade</p>	<p>O objetivo do trabalho é analisar os impactos de PTCR sobre a desigualdade de renda no Brasil, Chile e México por meio da decomposição no coeficiente de Gini.</p>	<p>O resultado principal do trabalho foi a evidência de que os PTCR foram fator preponderante para redução da desigualdade de renda desses países na década de 1990 e início do novo milênio. Os PTCRs são responsáveis por uma parte muito pequena da renda total, medida pelas pesquisas amostrais, em cada país: pouco menos que um por cento no México e no Brasil, e menos que 0,1% no Chile. Porém o impacto sobre a desigualdade foi de 21% e queda de 2,7 pontos de Gini observada tanto no Brasil como no México. No caso do Chile, a contribuição foi menor, de 15% e uma queda muito mais modesta de 0,1 pontos de Gini. A diferença nos impactos se deve ao programa chileno ser muito menor que os programas mexicano e brasileiro.</p>
<p>Bichir (2014)</p> <p>Capacidades estatais para a implementação de Programas de Transferência de Renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul</p>	<p>O objetivo do trabalho é mostrar as diferenças entre o Programa Bolsa Família (PBF), no caso brasileiro, a Asignación Universal por Hijo (AUH), no caso argentino, e a ChildSupport Grant (CSG), no caso sul-africano.</p>	<p>Sintetizando as capacidades e as limitações estatais observadas em cada um desses casos, foram observados grandes avanços em termos de mecanismos de entrega dos benefícios, formas de avaliação e monitoramento dos programas; construção de ministérios específicos para a área de desenvolvimento social (com exceção do caso argentino, que conta com ministério ainda pouco estruturado para pautar as políticas). Os maiores problemas foram observados do ponto de vista da articulação intersetorial, da integração com outras políticas sociais, sendo o caso brasileiro, aparentemente, um pouco mais promissor.</p>

<p>Cavalcante (2011)</p> <p>Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia</p>	<p>O artigo se propõe a desenvolver um estudo comparado qualitativo acerca da implementação das políticas de transferência condicionada de renda na América Latina.</p>	<p>O trabalho conclui que embora os modelos de implementação sejam bastante diversificados, todos compactuam com a percepção multidimensional da pobreza e, portanto seu enfrentamento demanda ações de caráter intersetorial. Ademais, os bons resultados na focalização desses programas são consequência da priorização de estratégias de descentralização que potencializam a coordenação e cooperação nas ações governamentais.</p>
<p>Zimmermann e Silva (2008)</p> <p>As experiências internacionais de renda mínima na redução da pobreza</p>	<p>Mostrar as experiências internacionais de renda mínima para a redução da pobreza</p>	<p>O presente estudo demonstrou que os programas de renda mínima já possuem longa existência em países desenvolvidos da Europa. Além disso, o estudo demonstrou que esses programas não são meras “fantasias”, mas contribuem na redistribuição da renda.</p>
<p>Nascimento e Reis (2009)</p> <p>Os Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém</p>	<p>O presente artigo se propõe a realizar uma reflexão acerca dos PTCR desenvolvidos na América Latina e das diferentes condicionalidades exigidas aos beneficiários para a permanência no programa, tendo por amostragem quatro de seus países (Argentina, Brasil, Chile e México).</p>	<p>Evidencia-se que programas de transferência de renda, além de ineficazes do ponto de vista do enfrentamento à pobreza, sobretudo porque não combatem as raízes da desigualdade na região, ainda acabam por reforçar o estigma da subalternidade, visto que a pobreza permanece tratada à margem das políticas sociais, portanto, relegada ao campo do não direito. Além disso, salienta-se que o distanciamento dos referidos programas da concepção de direito conquistado e garantido por lei e a sua vinculação com a prática da ajuda possibilita o seu uso pelos governos, mediante a “concessão” dos benefícios com a contraproposta da arrecadação de votos, assegurando o caráter assistencialista, uma realidade que se mantém ao longo da história latino-americana. Nessa produção, não se teve a pretensão de aferir conclusões sobre essa temática, mas sistematizar alguns dados sobre programas que venham a contribuir para a caracterização dos mesmos.</p>
<p>Glewwe e Kassouf (2010)</p> <p>O impacto do Programa de Transferência Condicional de Renda Bolsa Escola/Família: Instrução para Inscrição, Taxa de Abandono e Grande Promoção no Brasil</p>	<p>O objetivo do estudo é analisar o impacto dos programas Bolsa Escola e Bolsa Família sobre o progresso das crianças na escola no Brasil.</p>	<p>O estudo conclui que com os programas Bolsa Escola e Bolsa Família houve aumento das matrículas, promoção de série e redução da evasão escolar.</p>
<p>Soares et al (2006)</p> <p>Programas de Transferência de</p>	<p>Este artigo avalia a contribuição dos PTCR para a queda da desigualdade no Brasil entre 1995 e 2004, e os</p>	<p>Verificou-se que os PTCR Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido para idosos e pessoas com deficiência e o Programa Bolsa Família contribuíram para a queda da desigualdade de renda, reduzindo o</p>

Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e pobreza	impactos sobre a pobreza.	coeficiente de Gini em 28% entre 1995 e 2004 (7% do BPC e 21% do Bolsa Família).
Soares et al (2010) Avaliação do impacto do Bolsa Família no Brasil: Programas de Transferência de Renda em Perspectiva Comparativa	Esta estudo analisa o desempenho de segmentação do Bolsa Família e seu impacto sobre a desigualdade, a pobreza, consumo, educação, cuidados de saúde, e da força de trabalho.	O estudo mostrou que, assim como outros programas, o Bolsa Família ajudou a reduzir desigualdade e a pobreza extrema e tem melhorado os resultados da educação, sem ter um impacto negativo sobre a participação da força de trabalho.
Behrman et al (2005) Impactos de longo prazo do programa de transferência de renda Oportunidades para a juventude rural no México	Este trabalho estuda os efeitos de longo prazo da participação no programa mexicano Oportunidades em uma variedade de resultados e comportamentos da juventude rural no México.	Os resultados mostram impactos positivos no longo prazo sobre os graus de escolaridade, mas não há efeitos sobre testes de desempenho. Com respeito ao trabalho, encontramos uma redução global no trabalho para os jovens do sexo masculino.
Fernald (2008) Papel do dinheiro em programas de transferência condicional de renda para a saúde infantil, crescimento e desenvolvimento: uma análise das Oportunidades, do México	O objetivo do estudo foi desagregar os efeitos de transferência de renda dos de outras componentes do programa.	Os resultados sugerem que o componente de transferência de dinheiro do programa <i>Oportunidades</i> está associado à melhor resultados na saúde da criança, crescimento e desenvolvimento.
Borraz e González (2009) Impacto do programa de transferência condicionada de renda uruguaio	Analisar o impacto dos pagamentos condicionais de renda sobre a matrícula escolar, o trabalho infantil e a oferta de trabalho implementado entre 2005 e 2007, para as famílias mais pobres uruguaias.	Foi constatado que, o programa não tem impacto sobre a frequência escolar, mas reduz o trabalho infantil feminino em Montevideú. Além disso, são detectados efeitos negativos sobre o mercado de trabalho no resto das áreas urbanas.
Soares et al (2009) Transferências condicionais de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade	Realizar a decomposição das variações no coeficiente de Gini para investigar se as transferências condicionais de renda tiveram um efeito de redução da desigualdade em três países da	Conclui-se que os programas ajudaram a reduzir a desigualdade entre meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000. O impacto foi responsável por cerca de 21% da queda da desigualdade em valores brasileiros e mexicanos, no Chile, o efeito foi responsável por cerca de 15% da redução.

	América Latina: Brasil, México e Chile.	
Das et al (2005) Reavaliação de Programas de Transferência Condicional de Renda	Este artigo examina a literatura existente, o que sugere que a maioria dos PTCR são utilizados essencialmente para um dos dois objetivos: restaurar a eficiência quando existirem externalidades ou melhorar a equidade, visando recursos para famílias pobres.	Os programas geralmente cumprem seus objetivos declarados, mas em alguns casos há uma tensão entre os objetivos de eficiência e equidade. O impacto geral de um programa depende dos ganhos e perdas associados com cada objetivo.
Handa e Davis (2006) A Experiência de Transferências Condicionadas de Renda na América Latina e no Caribe	Este artigo discute a experiência de seis PTCR na América Latina	Conclui se que, os PTCR têm geralmente sido bem sucedidos em termos de atingir o seu objetivo central, porém ainda não está claro se eles constituem a solução mais eficiente ou sustentável para o gargalo do desenvolvimento que se propõem a resolver.

Fonte: elaborado pelo autor

É possível observar no quadro 1, que muitos estudos apontam que os programas de transferência de renda contribuem para a redução da pobreza e da concentração de renda, como pode-se verificar nos trabalhos de Frota e Zimmermann (2010), Soares et al (2007), Zimmermann e Silva (2008), Soares et al (2006), Soares et al (2010), Soares et al (2009), porém há estudos como de Nascimento e Reis (2009), que relatam que os programas são ineficientes no enfrentamento da pobreza por não combater as raízes da desigualdade. Tendo em vista que os programas de transferência de renda possuem condicionalidades, eles também trazem benefícios nas áreas de saúde e educação como mostra os trabalhos de Glewwe e Kassouf (2010), Soares et al (2010), Behrman et al (2005), Fernald (2008) e Borraz e González (2009).

Com base nos estudos apresentados, é possível observar que, cada país tem suas particularidades em seus PTCR, e embora existam limitações nos programas, eles conseguem atingir seu objetivo principal com a redução dos níveis de pobreza e da desigualdade de renda. Além de melhorar indicadores de saúde e educação dos beneficiários por meio das condicionalidades, no qual as famílias necessitam atender para continuar recebendo o benefício.

2.4 DEFINIÇÕES E A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

No início dos anos 2000 o governo brasileiro enfrentava problemas com a coordenação dos cinco programas de transferência de renda existentes. Esses programas eram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás. Suas coordenações eram independentes e procuravam atender a população pobre, mas ocorriam muitas falhas. Dentre os vários transtornos, poderia acontecer de uma família receber todos os benefícios, enquanto outra, nas mesmas condições, não receber nenhum. A forma para solucionar as falhas nas transferências de renda veio pela criação do Programa Bolsa Família, por meio de medida provisória em outubro de 2003. Nesta medida provisória procedeu-se à unificação dos cinco programas e a extensão das ações a todo território nacional (CASTRO; MODESTO, 2010).

De acordo com MDS (2014):

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia família em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Segundo Monteiro (2008) o Programa Bolsa Família apresenta três dimensões para o combate à fome e a pobreza. Primeira dimensão, uma transferência direta de renda para as famílias. A segunda dimensão, os direitos sociais básicos de saúde e educação melhor exercidos. E a última refere-se à unificação de programas complementares para uma redução imediata da pobreza.

A transferência direta de renda vem para uma redução imediata da pobreza, os direitos sociais básicos de saúde e educação através da realização das condicionalidades e a unificação de programas complementares para que as famílias consigam superar a pobreza e a extrema pobreza. O programa beneficia as famílias conforme sua renda mensal per capita e o número de crianças e adolescentes até 17 anos.

2.4.1 Benefícios do Programa Bolsa Família

O PBF é dinâmico e um dos aspectos de sua dinamicidade está no modo em que é realizado o repasse de recursos para as famílias. Desde o início, o PBF é destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, porém ocorreram mudanças ao longo do tempo. Conforme a Lei nº 10836, de 9 de janeiro de 2004, se encontravam em situação de pobreza, famílias com renda per capita de até 100 reais e situação de extrema pobreza, famílias com renda per capita de até 50 reais. Pelo Decreto nº 5749, de 11 de abril de 2006, a classificação das linhas de pobreza foi alterada, as famílias em situação de pobreza apresentavam renda per capita de até 120 reais, e situação de extrema pobreza apresentavam renda per capita de até 60 reais. A partir do Decreto nº 6917, de 30 de julho de 2009, as famílias consideradas em situação de pobreza apresentavam renda per capita de até 140 reais, e situação de extrema pobreza apresentavam renda per capita de até 70 reais. E de acordo com o Decreto nº 8232, de 30 de abril de 2014, as famílias em situação de pobreza apresentam renda per capita de até 154 reais, e famílias em situação de extrema pobreza apresentam renda per capita de até 77 reais.

De acordo com Castro e Modesto (2010) o PBF é praticado com pelo menos dois benefícios desde seu início, sendo o benefício básico e o benefício variável. O benefício básico é destinado às famílias em situação de extrema pobreza e o benefício variável é destinado às famílias em situação de pobreza. Além dos outros benefícios: foi criado o benefício vinculado ao jovem, destinado às famílias em situação de pobreza (DECRETO Nº 6917/2009) e, o de superação da extrema pobreza (BSP), destinado às famílias extremamente pobres (DECRETO Nº 7758/2012).

Ao longo do tempo, o governo ajusta o valor dos benefícios por meio de decretos. Pela Lei nº 10836, de 9 de janeiro de 2004, no início do PBF, o valor do benefício básico era de 50 reais, e o valor do benefício variável era de 15 reais por criança de até 14 anos, podendo ser repassado até três benefícios variáveis por família. No Decreto nº 6157, de 16 de julho de 2007, há uma alteração nos valores dos benefícios, o benefício básico passa a valer 58 reais e o benefício variável passa a valer 18 reais. No ano seguinte, pelo Decreto nº 6491, de 26 de junho de 2008 os valores dos benefícios foram alterados novamente, o benefício básico passa a valer 62 reais e o benefício variável passa a valer 20. No Decreto de 6917, de 30 de julho de 2009, houve outro reajuste, com o benefício básico passando a valer 68 reais e o benefício variável passando a valer 22 reais por criança até 15 anos, além da criação do benefício vinculado ao jovem com o valor de 33 reais por jovem de 16 e 17 anos, podendo ser repassado até dois benefícios vinculado ao jovem por família. E de acordo com o Decreto nº 7447, de 01 de março de 2011, o benefício básico passa a valer 70 reais, o benefício variável passa a valer 32 reais e o benefício variável vinculado ao jovem passa a valer 38 reais.

Em relação aos ajustes mais recentes do PBF, pode se destacar no Decreto nº 7758, de 15 de junho de 2012, a criação do benefício de superação da extrema pobreza. Esse benefício não apresentando um valor fixo, diferente dos outros já existentes, ele tem a proposta de combater a extrema pobreza no país, o repasse realizado desse benefício, é o necessário para as famílias beneficiárias que continuam na extrema pobreza, superarem essa situação, outra mudança nesse decreto, foi no benefício variável, podendo ser repassado por família até cinco benefícios. E o último ajuste realizado no PBF, foi pelo Decreto nº 8232, de 30 de abril de 2014, com o reajuste do valor do benefício básico para 77 reais, benefício variável para 35 reais e o benefício variável vinculado ao jovem para 42 reais.

2.4.2 Condicionalidades do Programa Bolsa Família

De acordo com Castro e Modesto (2010) há duas partes que participam do PBF. As famílias que recebem o benefício e o governo que custeia o programa, de modo que as famílias devem cumprir as condicionalidades, enquanto o poder público deve oferecer os serviços referentes às condicionalidades do programa.

As condicionalidades do PBF são as contrapartidas que as famílias beneficiárias se comprometem a cumprir. Elas são relacionadas à saúde, educação e assistência social. A condicionalidade de saúde é para as famílias com crianças até 7 anos, que

precisam fazer o acompanhamento do cartão de vacina, do crescimento e desenvolvimento, e as mulheres na faixa de 14 a 44 anos que forem gestantes ou nutrizes, que devem fazer o pré-natal e observar tanto a sua saúde como a do seu bebê. A condicionalidade de educação é para famílias com crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que devem garantir uma frequência escolar mínima, de 85% para crianças e adolescentes de até 15 anos e 75% para os jovens de 16 e 17 anos. A condicionalidade de assistência social busca impedir que crianças e adolescentes até 15 anos entrem ou permaneçam no trabalho infantil, para isto, essas crianças e adolescentes devem obter uma frequência mensal mínima de 85% da carga horária nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI.

Caso a família não atenda as condicionalidades, o benefício pode ser bloqueado, suspenso, ou até cancelado. A família que descumprir alguma condicionalidade pela primeira vez, receberá só uma advertência. A família que não cumprir a condicionalidade pela segunda vez, terá seu benefício bloqueado por 30 dias. Na terceira vez, acarretará em uma suspensão do benefício por 60 dias. Na quarta vez, o benefício é suspenso por mais 60 dias. E quando chega ao quinto descumprimento da condicionalidade o benefício é cancelado.

Quem tem o dever de verificar os motivos dos descumprimentos das condicionalidades é o poder público, para que possa tomar as medidas cabíveis. Caso a família não estiver conseguindo atender as condicionalidades do programa pode procurar pelo gestor municipal, Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou a equipe de assistência social.

2.4.3 Índice de Gestão Descentralizada

O Programa Bolsa Família adquiriu uma grande abrangência e passou a contar com expressivo volume de recursos repassado às famílias pobres, o que se tornou um grande problema de gestão. O Governo Federal decidiu adotar uma medida para controlar a qualidade da gestão do programa. Então em 2006, o MDS cria o Índice de Gestão Descentralizada para o Programa Bolsa Família. De acordo com Campello e Neri (2013), o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um instrumento que mensura a qualidade da gestão nos estados e municípios. O indicador serve como referência para transferir os recursos aos estados e municípios. E serve também para estimular a melhora de sua gestão no PBF, vinculando o repasse de recursos ao IGD, quanto maior o índice maior é o repasse realizado ao município.

Neste trabalho, utilizou-se o Índice de Gestão Descentralizada para os

municípios do Paraná, e conforme o caderno do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M), a estrutura de cálculo do IGD-M é:

$$\text{IGD-M} = \text{Fator I} \times \text{Fator II} \times \text{Fator III} \times \text{Fator IV}$$

O Fator I corresponde à média aritmética simples das variáveis no Cadastro Único e das variáveis das condicionalidades de saúde e educação do PBF. O Cadastro Único é utilizado para identificar famílias de baixa renda, ou seja, famílias que apresentam até meio salário mínimo per capita ou com renda total de até três salários mínimos.

As variáveis de cadastro são a Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro (TCQC) e a Taxa de Atualização Cadastral (TAC). A TCQC é calculada pela divisão do número de cadastros válidos de famílias com perfil Cadastro Único pela quantidade de famílias estimadas como público-alvo do Cadastro Único no município. A TAC é calculada pela divisão do número de cadastros válidos de famílias com perfil Cadastro Único, atualizados nos últimos dois anos, pelo número de cadastros válidos com perfil Cadastro Único no município.

As variáveis das condicionalidades de saúde e educação são a Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE) e a Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde (TAAS). A TAFE é calculada pela divisão do número de crianças e adolescentes pertencentes às famílias beneficiárias do PBF no município, com informações de frequência escolar, pelo número total de crianças e adolescentes pertencentes a famílias beneficiárias do PBF no município e a TAAS é calculada pela divisão do número de famílias beneficiárias com perfil saúde² no município com informações de acompanhamento de condicionalidades de saúde, pelo número total de famílias com perfil saúde no município.

O Fator II corresponde à adesão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que expressa se o município aderiu ao SUAS, de acordo com a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

O Fator III corresponde à apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M, que indica se o gestor do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) lançou no sistema informatizado do MDS (SUASWeb) a comprovação de gastos ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

E o Fator IV corresponde à aprovação total da comprovação de gastos dos

² Famílias com perfil saúde: são famílias beneficiárias do PBF com crianças até 7 anos, gestantes e nutrízes.

recursos do IGD-M pelo CMAS, que indica se o referido Conselho registrou no SUASWeb a aprovação integral das contas apresentadas pelo gestor do FMAS.

Os valores atribuídos aos fatores da fórmula de cálculo

$$\text{Fator I} = \frac{\text{TCQC} + \text{TAC} + \text{TAFE} + \text{TAAS}}{4}$$

4

Os fatores II, III e IV são atribuídos os seguintes valores:

VALOR 0 (zero) quando:

- a) O município não tiver aderido ao SUAS (Fator II);
- b) O município não tiver informado no SUASWeb, até 30 de abril do ano seguinte ao término do exercício, a apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M ao respectivo CMAS (Fator III); e
- c) O CMAS não tiver informado no SUASWeb, até 31 de maio do ano seguinte ao término do exercício, a aprovação total da comprovação de gastos dos recursos transferidos (Fator IV).

VALOR 1 (um) quando:

- a) O município tiver aderido ao SUAS (fator II);
- b) O município tiver informado, no SUASWeb, a apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M ao respectivo CMAS (Fator III); e
- c) O CMAS tiver informado, no SUASWeb, a aprovação total da comprovação de gastos dos recursos transferidos (Fator IV).

Pela estrutura de cálculo do IGD-M, pode-se constatar que basicamente o valor do indicador é dado pelo Fator I, que considera as variáveis de cadastro, (TCQC) e (TAC) e as variáveis das condicionalidades de educação e saúde, (TAFE) e (TAAS). Os fatores II, III e IV se referem a questões administrativas, que no caso do município não atender alguns desses fatores, o IGD-M será 0 e não é feito o repasse de recursos para o município.

2.5 ESTUDOS SOBRE EFICIÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS

Na literatura há muitos trabalhos que estudaram a eficiência na utilização de recursos públicos, porém há poucos estudos relacionados ao Programa Bolsa Família. Na

maioria são utilizados métodos não paramétricos, como a Análise Envoltória de Dados, *Data Envelopment Analysis* (DEA).

Lopes e Toyoshima (2008) fizeram uma análise da eficiência dos gastos com educação e saúde em Minas Gerais utilizando o DEA. Foram identificados *escores* de eficiência variando entre 0,814 até 1, apresentando uma média de 0,971 e com 238 municípios com máxima eficiência (100%), o que representa 27,9% dos municípios mineiros. Os insumos utilizados foram gastos municipais per capita com educação e cultura, saúde e saneamento, e os produtos foram o percentual de pessoas com água encanada e banheiro, o percentual de pessoas com acesso aos serviços de coleta de lixo, percentual de nascidos vivos cujas mães realizaram 4 ou mais consultas pré-natal, esperança de vida ao nascer, percentual de docentes com curso superior no ensino fundamental e taxa de alfabetização. Concluíram que para os municípios apresentarem maiores *escores* de eficiência é necessário o aperfeiçoamento dos gestores municipais, não só o aumento de gastos.

Queiroz et al. (2013) realizaram uma análise da eficiência de recursos destinados a saúde pública nos municípios do Rio Grande do Norte utilizando o DEA. O insumo utilizado foi o gasto público em educação e os produtos foram cobertura da vacinação, o total de famílias atendidas pelo Programa Saúde da Família (PSF), o total de pessoas atendidas pelos procedimentos ambulatoriais e o total de leitos existentes. O estudo identificou que os municípios apresentaram eficiência variando entre 0,6 e 1,0. Para os autores, os gastos públicos são necessários, mas não suficientes para alcançar melhores indicadores de eficiência de saúde municipal.

Savian e Bezerra (2013) analisaram a eficiência com gastos em educação nas séries iniciais do ensino fundamental no Paraná, também utilizando DEA como metodologia. O estudo demonstrou que a maioria dos municípios apresentou eficiência moderada, e a maior concentração de municípios com eficiência (100%) estava nas regiões norte central, norte pioneiro e noroeste do estado, os gastos com educação são ineficientes na maioria dos municípios paranaenses e os municípios com bom desempenho econômico não são necessariamente eficientes, sendo necessária, então, uma revisão dos municípios na alocação de recursos para as séries iniciais do ensino fundamental.

Melgarejo (2011) teve como objetivo avaliar a eficiência do controle do Programa Bolsa Família, analisando a proposta do programa e sua gestão por resultados. Com uma pesquisa documental constatou que há algumas falhas no controle do programa, uma delas está relacionada com o controle social do PBF, que deveria ser feito pela instância local, no entanto não vem acontecendo. Portanto, a criação do IGD como uma estratégia de avaliar a

gestão do programa não garante a eficiência, por considerar que a administração de cada município se difere, apresentando em alguns casos uma má gestão.

Matta e Ferreira (2012) procuraram discutir pesquisas realizadas no meio acadêmico para avaliar o IGD. Identificaram que há algumas falhas no IGD, no entanto, esse índice consegue se aplicar ao programa, e esse processo virar um ciclo virtuoso, quanto mais alto for o IGD, maior será o valor repassado ao município, estimulando o município a melhorar sua gestão no programa.

Pedroso et al. (2009), procuraram identificar a eficiência relativa do IGD das capitais brasileiras no Programa Bolsa Família. Verificou-se que, em 2008, 12 das capitais (44%), foram eficientes, ou seja, apresentaram uma eficiência de 100%, podendo servir de modelo de gestão para as demais.

Ferreira et al. (2013) analisaram o desempenho da gestão do Programa Bolsa Família nos municípios de Minas Gerais por meio da metodologia DEA. Constataram que 63% dos municípios se encontram com um médio desempenho na gestão do PBF, 15,1% com baixo desempenho e 21,9% com alto desempenho, concluindo que há uma fragilidade na gestão pública municipal e uma falha na alocação de recursos do PBF, necessitando uma revisão das práticas dos gestores municipais.

Monteiro et al. (2009), verificaram os determinantes da gestão do Programa Bolsa Família, também em Minas Gerais, com a metodologia DEA. Constataram que ocorre uma deficiência nas informações do CadÚnico e na gestão das condicionalidades “saúde” e “educação”, o estudo também revela que a gestão do programa está inversamente relacionada com a população e número de beneficiários, ou seja, quanto maior for o município menor será o *escore* de eficiência do IGD.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 BASE DE DADOS

O estudo foi realizado por meio da análise de dados secundários obtidos de informações e publicações do Governo Federal/Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Programa Bolsa Família/IGD e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados secundários da Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro (TCQC), Taxa de Atualização de Cadastro (TAC), Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE), Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde, Índice de Gestão Descentralizada (IGD), repasse total do PBF para os municípios e número de famílias beneficiadas dos municípios paranaenses foram extraídos da Matriz de Informação Social no site do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No qual foi utilizado para análise os próprios indicadores “TCQC”, “TAC”, “TAFE”, “TAAS” e “IGD” no ano de 2013. Para formar o indicador “Repasse médio por família do PBF aos municípios (RM)”, foi calculada a relação do repasse total de recursos do PBF pelo número de beneficiários dos municípios para os anos de 2006 a 2013, e posteriormente foi calculada a média no período.

3.3 MÉTODO DE ANÁLISE: ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS E MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS

A Análise Envoltória de Dados ou *Data Envelopment Analysis* (DEA) é uma ferramenta utilizada para mensurar índices de eficiência de unidades produtivas (MELLO et al., 2005). Os estudos de eficiência com base em técnicas não paramétricas teve início na primeira metade da década de 1950, com trabalhos de Debreu e Farrell. Debreu realizou o primeiro trabalho utilizando a medida de eficiência técnica em 1951, com “coeficiente de utilização de recursos”, definindo o menor valor possível do consumo de recursos, dado o nível do produto. E Farrell criou um programa matemático em 1957, com o intuito de utilizar a medida de Debreu, mensurando índices de eficiência em fazendas agrícolas nos Estados Unidos (SURCO; WILHELM, 2006).

As avaliações das medidas de eficiência apresentam duas orientações, orientação insumo e orientação produto. A orientação insumo é fundamentada na redução de insumos dado um nível de produção. A orientação produto enfatiza o aumento do produto, dado um nível de recursos disponíveis.

Os modelos DEA baseiam-se em uma amostra de dados observados em diferentes unidades produtoras, as unidades tomadoras de decisão ou *Decision Making Unit* (DMUs). O objetivo é construir, a partir dos dados obtidos para as DMUs, um conjunto de referências e, assim, classificar as DMUs em eficientes ou ineficientes. As DMUs eficientes se encontram na linha da fronteira de eficiência com o valor 1, as demais DMUs, abaixo da linha com valores menores que 1, são ineficientes (FERREIRA et al., 2013).

O objetivo da abordagem DEA é identificar para cada DMU real uma DMU virtual. Quando uma DMU virtual produz mais com a mesma ou menor quantidade de insumos que a DMU real, então a DMU real será ineficiente. Para cada unidade ineficiente, a combinação das unidades eficientes apresenta uma DMU virtual, chamada também de *benchmarks* das DMUs reais (FERREIRA et al., 2013)

O cálculo de eficiência da DEA é relativa, ainda que apresente observações reais. O desempenho das DMUs é medido por meio da comparação dos seus insumos e produtos com os insumos e produtos das demais DMUs analisadas. Todas as DMUs eficientes estão localizadas em uma fronteira de eficiência (Pareto-Eficiente) com o valor de 1 ou 100%. Com a limitação de que toda DMU se localize no interior ou na fronteira de eficiência (FERREIRA et al., 2013).

Dentro da abordagem DEA, existem quatro grupos de modelos. Os dois primeiros, CCR de Charnes et. al (1978) e o BCC de Banker et. al (1984). O CCR é o modelo clássico com retornos constantes à escala, enquanto o BCC é o modelo clássico com retornos variáveis à escala. Existem ainda, dentro das ramificações da metodologia DEA, o modelo aditivo e o modelo multiplicativo. De acordo com Mariano et al. (2006), o modelo aditivo tem uma forma de fronteira linear por partes com retorno variável à escala, e o modelo multiplicativo é dividido em variante e invariante, o variante tem a forma de uma fronteira Cobb-Douglas com retorno constante à escala e o invariante tem a forma de uma fronteira Log-linear por partes com retorno constante à escala. Banker et al. (1984), Coelli (1995), Charnes et al. (1994) e Lins e Meza (2000) apresentaram discussões mais aprofundadas sobre esses modelos.

Conforme ressaltado por Belloni (2000), os modelos CCR e BCC apresentam regiões de viabilidade distintas, que são as regiões em que se encontram os *scores*

de eficiência das DMUs. A região viável do modelo BCC é restrita a combinações convexas dos planos de produção observados, o que é caracterizado pelos retornos variáveis à escala. Como consequência, considerando orientação ao produto, o indicador de eficiência do modelo BCC é inferior ou igual ao indicador de eficiência do modelo CCR.

Neste trabalho utilizou-se a abordagem *Data Envelopment Analysis* (DEA) por ser apropriada para avaliar a eficiência do emprego de recursos públicos nos diversos serviços prestados pelo Estado. Uma vez que identifica o desempenho das unidades de análises e a comparação entre elas, possibilitando identificar também, as melhores práticas de políticas públicas, avaliando a eficiência de recursos repassados para áreas como saúde e educação.

Dentre as duas orientações do DEA foi utilizado a orientação a *outputs* com o objetivo de maximizar os produtos (IGD e as taxas que o compõem). E optou-se pelo modelo BCC da DEA, considerando que o modelo CCR, como já foi visto, é um modelo clássico com retornos constantes à escala, e tendo os *outputs* como indicadores que variam de 0 a 1, a DMU que alcançar o valor máximo do *output* (1), não poderá obter um valor maior com um aumento do input (Repasso médio por família do PBF aos municípios).

Seguindo o procedimento da DEA, as variáveis foram divididas em *inputs* (insumos ou entradas do sistema) e *outputs* (produtos ou saídas do sistema). A variável escolhida como input para o modelo foi o “Repasso médio por família do PBF aos municípios (RM)”. Utilizando o RM, foi calculada a média do repasse até 2013 para avaliar a eficiência desse recurso. E as variáveis escolhidas como *outputs* foram o “Índice de Gestão Descentralizada (IGD)” e as taxas que o compõem, sendo estas as “Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro (TCQC)”, “Taxa de Atualização de Cadastro (TAC)”, “Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE)” e a “Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde (TAAS)”, referente a dezembro de 2013, foi realizado a análise separadamente para cada uma das variáveis *outputs*, visto que TCQC, TAC, TAFE E TAAS formam o IGD (principal variável de análise).

Segundo Banker et al. (1984), o modelo BCC apresenta retornos variáveis à escala, ou seja, considera o axioma da convexidade entre *inputs* e *outputs*, em vez de considerar a proporcionalidade entre os *inputs* e *outputs*. Na literatura internacional o modelo é conhecido como VRS – *Variable Returns to Scale*. Como a fronteira é convexa, o modelo BCC considera que as DMUs que atuam com valores baixos de *inputs* tenham retornos crescentes de escala e as que operam com altos valores tenham retornos decrescentes de escala. Matematicamente, a convexidade da fronteira equivale a uma restrição adicional ao

Modelo do Envelope, que passa a ser apropriado em (1) para orientação a *output*.

Max h_0

sujeito a

$$\begin{aligned} x_{i0} - \sum_{k=1}^n x_{ik} \lambda_k &\geq 0, \forall i \\ -h_0 y_{j0} + \sum_{k=1}^n y_{jk} \lambda_k &\geq 0, \forall j \\ \sum_{k=1}^n \lambda_k &= 1 \\ \lambda_k &\geq 0, \forall k \end{aligned} \quad (1)$$

Em que:

h_0 - eficiência

k - DMUs

x_{ik} - inputs i da DMU_k

y_{jk} - outputs j da DMU_k

x_{i0} - inputs i da DMU_0

y_{j0} - outputs j da DMU_0

$\lambda_k - k$ -ésima coordenada da DMU_0 em uma base formada pelas DMU's de referência

O problema dual de programação linear (1) gera o modelo BCC do Multiplicador orientado a *outputs*, apresentado em (2). Neste modelo v é a variável dual

associada à condição $\sum_{k=0}^n \lambda_k = 1$ sendo interpretado como fator de escala.

$$\text{Min } Eff \varnothing_0 = \sum_{i=1}^r v_i x_{i0} + v.$$

sujeito a

$$\begin{aligned} \sum_{j=1}^s u_j y_{j0} &= 1 \\ -\sum_{i=1}^r v_i x_{ik} + \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - v &\leq 0, \forall k \end{aligned} \quad (2)$$

$$v_i u_j \geq 0, v_i \in \mathbb{R}$$

Em que:

Eff_{\square_0} - eficiência do dual do problema de programação linear

u_j - peso de *outputs*

v_i - peso de *inputs*

s - variável dual dos *inputs* associado à condição $\sum_{k=0}^n \lambda_k = 1$

x_{ik} - *inputs* i da DMU_k

y_{jk} - *outputs* j da DMU_k

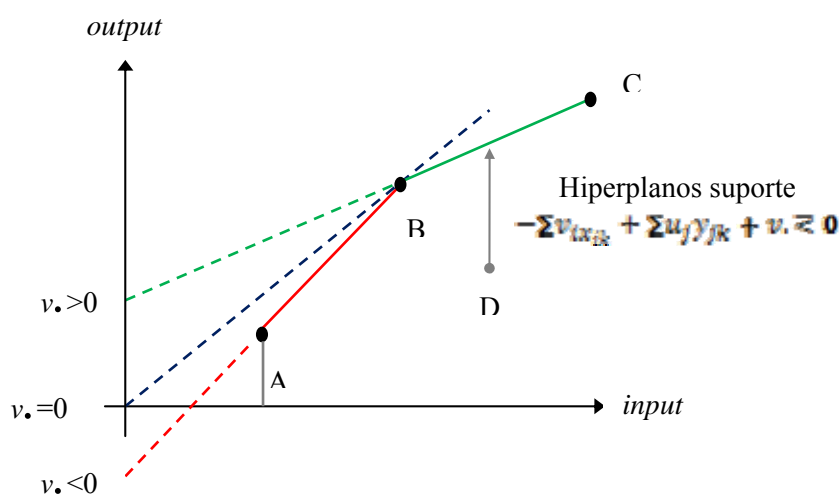
x_{i0} - *inputs* i da DMU_0

y_{j0} - *outputs* j da DMU_0

λ_k - k^{\square} -ésima coordenada da DMU_0 em uma base formada pelas DMU 's de referência

O gráfico 1 traz a interpretação geométrica dos fatores de escala para o caso de orientação a *outputs*. É possível notar que os fatores de escala representam os interceptos dos hiperplanos suporte das faces da fronteira de eficiência. No modelo orientado a *outputs*, quando positivos, indicam retornos decrescentes de escala; quando negativos, indicam retornos crescentes de escala; caso sejam nulos, a situação é de retornos constantes de escala.

Gráfico 1 - Interpretação geométrica dos fatores de escala no modelo BCC, com orientação a *outputs* (MELLO et al., 2005).



As estimativas foram feitas com o software DEA – SAED v. 1.0. E para uma melhor apuração dos resultados, foram utilizados os critérios de Savian e Bezerra (2013) classificando os *scores* de eficiência nos municípios do Paraná. Considerando $\theta = \textit{score}$ de eficiência, os níveis de eficiência foram classificados em: “Eficiente ($\theta = 1,00$)”, “Ineficiência Fraca ($0,80 \leq \theta < 1,00$)”, “Ineficiência Moderada ($0,60 \leq \theta < 0,80$)” e “Ineficiência Forte ($\theta < 0,60$)”.

E foi realizada análise geral e por porte de município, considerando a classificação do IBGE: Pequeno Porte I (PPI) que são municípios com até 20.000 habitantes, Pequeno Porte II (PPII) que são municípios de 20.001 até 50.000 habitantes, Médio Porte (MP) que são municípios de 50.001 até 100.000 habitantes, Grande Porte (GP) que são municípios de 100.001 até 900.000 habitantes e Metrópole (M) que são municípios com mais de 900.000 habitantes.

Sabe-se que a Análise Envoltória de Dados é um método não paramétrico, assim, na análise da eficiência pelo tamanho do município, não pode se afirmar se existe relação positiva ou negativa da gestão do PBF com o tamanho do município. Portanto, foi utilizado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para confirmar a relação de eficiência da gestão do PBF com o tamanho do município.

As variáveis utilizadas no modelo são: o logaritmo do *score* de eficiência do IGD como variável independente e o logaritmo da população dos municípios paranaenses como variável independente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo foram apresentados os resultados de eficiência das taxas que compõem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e do próprio IGD, para medir a eficiência da gestão do PBF nos municípios paranaenses, através da Análise Envoltória de Dados (DEA) com o modelo BCC.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS *SCORES* DE EFICIÊNCIA

Neste tópico foi realizada a análise da estatística descritiva dos *scores* de eficiência do IGD e das taxas que o compõem.

As famílias de baixa renda para se beneficiar de programas sociais, devem estar incluídas no Cadastro Único, sendo que dois indicadores permitem analisar esta exigência. Na tabela 1, verifica-se que a TCQC apresenta seu menor valor do *score* de eficiência de 0,53, média 0,98 e desvio padrão 0,07, ou seja, os valores dos *scores* de eficiência dos municípios estão com média alta e com uma baixa dispersão. Indicando que estão com uma alta cobertura de cadastro, ou seja, quase todas as famílias de baixa renda nos municípios estão cadastradas no Cadastro Único. No entanto, ainda há alguns municípios em que ocorrem falhas na validação do Cadastro Único, por apresentar valores do *score* de eficiência que chegam a 0,53. Em relação a TAC o valor mínimo do *score* de eficiência é de 0,31, a média de 0,63 e o desvio padrão de 0,13, em que apresenta uma média menor que a TCQC e com uma dispersão maior dos *scores* de eficiência, indicando que está ocorrendo mais falhas na atualização no Cadastro Único, taxa na qual é formada pela relação do número de famílias que atualizaram o cadastro pelo número de famílias que já estão cadastradas no Cadastro Único.

Tabela 1 - Estatística descritiva dos *scores* de eficiência dos municípios paranaenses em 2013 do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e das taxas que o compõem.

Variável	Mín.	Máx.	Média	Desv. Pad.	Ass.	Curt.
Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro (TCQC)	0,53	1,00	0,98	0,07	-3,79	16,21
Taxa de Atualização de Cadastro (TAC)	0,31	1,00	0,63	0,13	0,09	0,01
Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE)	0,72	1,00	0,94	0,04	-1,47	4,27
Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde (TAAS)	0,27	1,00	0,84	0,13	-1,60	2,94
Índice de Gestão Descentralizada (IGD)	0,68	1,00	0,89	0,05	-0,81	1,77

Fonte: Resultados da pesquisa.

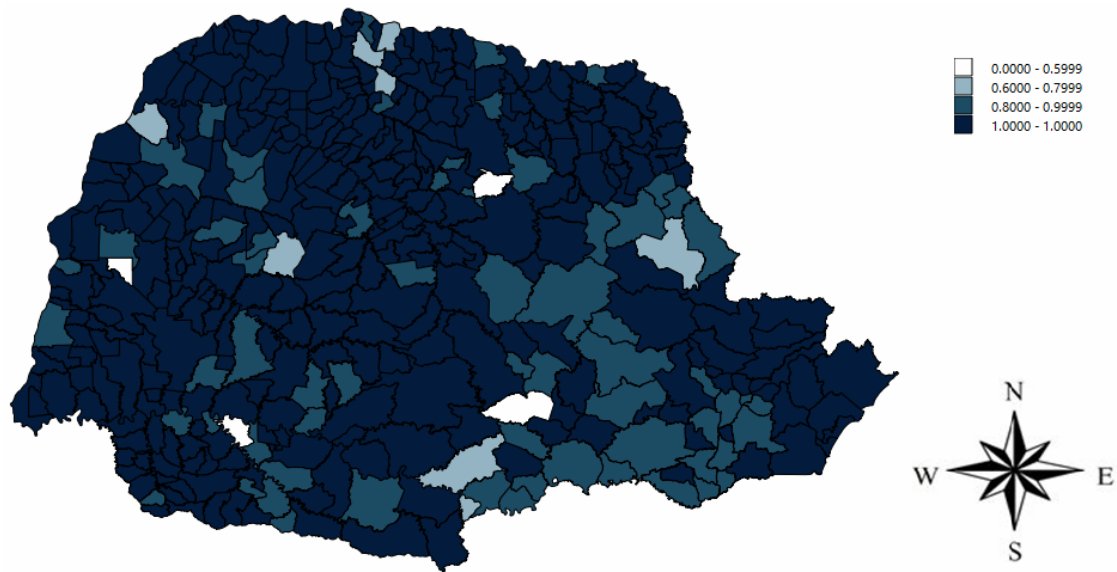
A tabela 1 também mostra a situação das condicionalidades do PBF. A TAFE apresentou o valor mínimo de 0,72, maior que as outras variáveis analisadas, a média de 0,94 e o desvio padrão de 0,04, que indica uma média alta com baixa dispersão dos *scores* de eficiência, isso indica que há bons *scores* de eficiência entre os municípios paranaenses na TAFE, o que mostra que as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos do programa estão com uma alta frequência escolar no conjunto dos municípios. A TAAS apresentou eficiência mínima de 0,27, a menor entre as variáveis, a média de 0,84 e o desvio padrão de 0,13, sendo o maior desvio padrão junto com o da TAC, que indica uma alta dispersão dos *scores* de eficiência no acompanhamento de saúde entre os municípios do Paraná, esse resultado indica que nessa condicionalidade os *scores* de eficiência não estão apresentando resultados tão bons entre os municípios como na TAFE. Ou seja, está menos eficiente o acompanhamento da saúde das crianças de até 7 anos, das mulheres de 14 a 44 anos e de gestantes e nutrizes, em que constata que há espaço para melhorar a TAAS.

A tabela também apresenta a situação do IGD. O menor *score* de eficiência do IGD foi de 0,68, a média foi de 0,89 e o desvio padrão 0,05, o que indica que há uma pequena dispersão dos *scores* de eficiência da gestão do PBF nos municípios paranaenses.

4.1.1 Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro

A figura 1 mostra como estão distribuídos os municípios no estado, em que considera as classificações de eficiência em relação à Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro.

Figura 1 - Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro do Cadastro Único no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se que 322 municípios, 81% dos municípios do Paraná são eficientes. Mas 65 apresentaram ineficiência fraca, o que representa 16% dos municípios. Oito municípios apresentaram ineficiência moderada, representando 2%. Quatro municípios apresentaram ineficiência forte, representando 1% dos municípios. No geral a TCQC está com altas taxas de eficiência entre os municípios paranaenses, demonstrando que todas as regiões tiveram alta concentração de municípios eficientes, ou seja, todas as famílias de baixa renda estão cadastradas no Cadastro Único. Isto significa que há boa uniformidade na distribuição regional do cadastramento das famílias de baixa renda.

A tabela 2 mostra a classificação dos *scores* de eficiência da TCQC dos municípios paranaenses considerando o seu tamanho.

Tabela 2 - Níveis de eficiência da Taxa de Cobertura Qualificada de Cadastro do Cadastro Único no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.

Porte dos municípios	Eficiente	Ineficiência Fraca	Ineficiência Moderada	Ineficiência Forte
Pequeno Porte I	263 (84%)	40 (13%)	6 (2%)	3 (1%)
Pequeno Porte II	37 (67%)	16 (29%)	2 (4%)	0 (0%)
Médio Porte	10 (72%)	3 (21%)	0 (0%)	1 (7%)
Grande Porte	12 (71%)	5 (29%)	0 (0%)	0 (0%)
Metrópole	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)

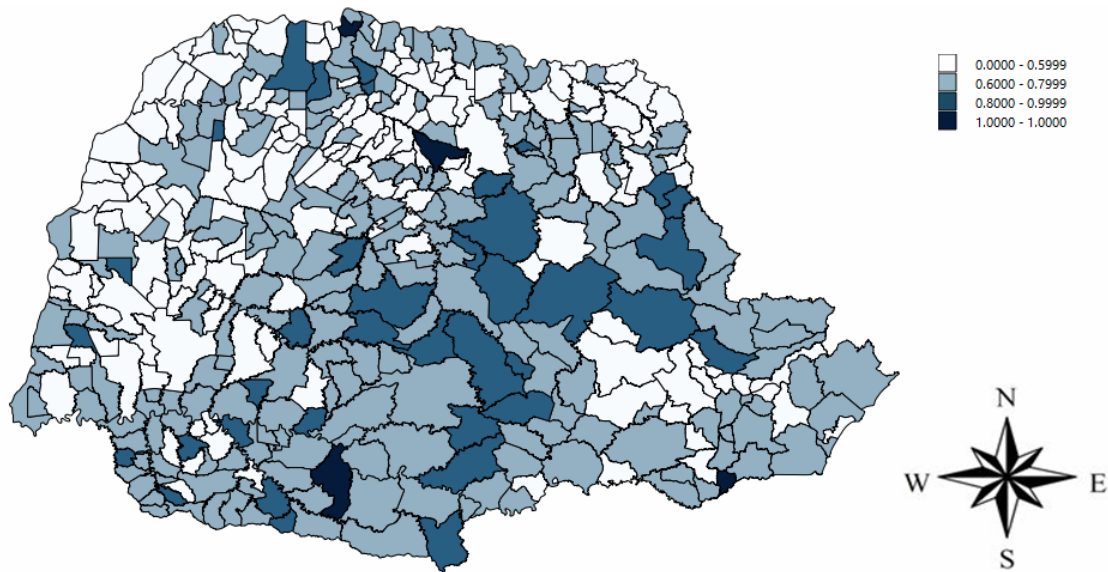
Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se observar na tabela 2 que, dos municípios de Pequeno Porte I, 263 municípios são eficientes, o que representa 84%, mas apresentam também 6 dos 8 municípios do estado com ineficiência moderada e 3 dos 4 municípios do estado com ineficiência forte. Os municípios de Pequeno Porte II apresentaram 37 municípios eficientes, no qual representa 67% dos municípios, outros 2 com ineficiência moderada e nenhum com ineficiência forte. Os municípios de Médio e Grande Porte estão bem parecidos, apresentaram 10 e 12 municípios eficientes respectivamente, em que representa 72 e 71% dos municípios respectivamente, a diferença está em que, um município de Médio Porte apresenta ineficiência forte e nenhum apresenta ineficiência moderada. Os municípios de Grande Porte não apresentaram ineficiência moderada ou forte, e a capital apresentou ineficiência fraca. Considerando os portes de município para a TCQC, os resultados indicam que estão com melhor desempenho os municípios de Pequeno Porte I com o maior percentual de municípios em que todas as famílias de baixa renda estão cadastradas no Cadastro Único.

4.1.2 Taxa de Atualização de Cadastro

A figura 2 mostra como estão distribuídos os municípios no estado, considerando as classificações de eficiência em relação à Taxa de Atualização de Cadastro.

Figura 2 - Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Atualização de Cadastro do Cadastro Único no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se verificar que apenas os municípios de Agudos do Sul, Apucarana, Mangueirinha e Paranapoema são eficientes, que representa 1% dos municípios paranaenses. 37 municípios apresentaram ineficiência fraca, o que representa 9%. A maior parte apresenta ineficiência moderada ou forte, 197 apresenta ineficiência moderada, que representa 49% dos municípios e 161 apresenta ineficiência forte, representando 40% dos municípios, localizados principalmente nas regiões Centro Oriental, com 50% dos municípios da região, Norte Pioneiro, com 54% dos municípios da região e Oeste com 59% dos municípios da região. Pode se constatar que a TAC está com eficiência baixa na maioria dos municípios, isto é, há muitas famílias cadastradas no Cadastro Único que não estão com seus cadastros atualizados, isso indica que, as famílias podem estar desinteressadas e (ou) os municípios estão adotando medidas inadequadas para incentivar a população a realizarem a atualização do cadastro.

A tabela 3 mostra a classificação dos *scores* de eficiência da TAC dos municípios paranaenses considerando o seu tamanho.

Tabela 3 - Níveis de eficiência da Taxa de Atualização de Cadastro do Cadastro Único no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.

Porte dos municípios	Eficiente	Ineficiência Fraca	Ineficiência Moderada	Ineficiência Forte
Pequeno Porte I	3 (1%)	27 (9%)	160 (51%)	122 (39%)
Pequeno Porte II	0 (0%)	6 (11%)	24 (44%)	25 (45%)
Médio Porte	0 (0%)	4 (29%)	4 (29%)	6 (42%)
Grande Porte	1 (6%)	0 (0%)	8 (47%)	8 (47%)
Metrópole	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)

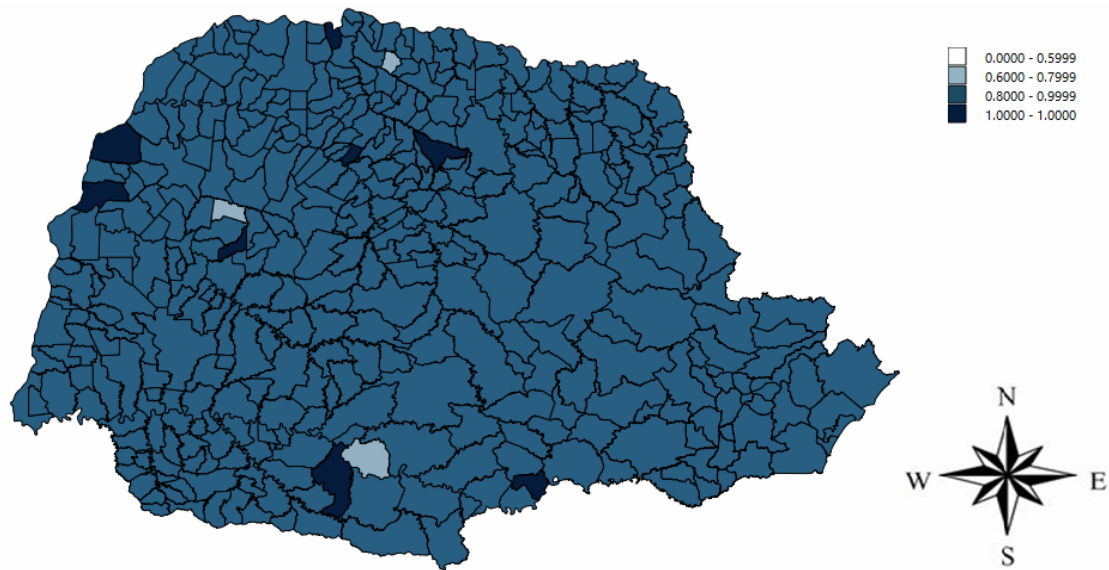
Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível observar, na tabela 3, que dos 4 municípios eficientes, 3 eram de Pequeno Porte I, que representa 1% dos municípios, e 122 municípios apresentaram ineficiência forte, que representa 39%. Entre os municípios de Pequeno Porte II e Médio Porte, nenhum apresentou municípios eficientes, 25 e 6 municípios apresentaram ineficiência forte, o que representa 45 e 42% respectivamente. O grupo de municípios de Grande Porte apresentou um município eficiente que representa 6%, e oito municípios com ineficiência forte, representando 47%, e a metrópole apresentou ineficiência moderada. Considerando os portes de município para a TAC, estão com melhor desempenho os municípios de Grande Porte, por apresentar o maior percentual, os municípios de Pequeno Porte I apresentaram o maior número de municípios eficientes, em que todos os cadastros das famílias de baixa renda no Cadastro Único estão atualizados.

4.1.3 Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar

A figura 3 mostra como estão distribuídos os municípios no estado, considerando as classificações de eficiência em relação à Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar.

Figura 3 - Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar, Alto Paraíso, Altônia, Apucarana, Floresta, Inajá, Mangueirinha, Paulo Frontin e Rancho Alegre D'Oeste são eficientes, localizados nas regiões Noroeste, Norte Central, Centro-Sul, Sudeste e Centro Ocidental paranaense, que representa 2% dos municípios. Entre os municípios ineficientes, 388 apresentaram ineficiência fraca, o que representa 97%, três apresentaram ineficiência moderada, representando 1% dos municípios e nenhum município apresentou ineficiência forte. Pode-se destacar que, a Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar não apresenta um bom desempenho em relação aos municípios eficientes, porém a grande maioria dos municípios apresentaram ineficiência fraca, o nível de ineficiência que mais se aproxima do valor 1, ou seja, da eficiência, para que se possa realizar o acompanhamento escolar de todas as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos beneficiários do PBF.

A tabela 4 mostra a classificação dos *scores* de eficiência da TAFE dos municípios paranaenses considerando o seu tamanho.

Tabela 4 - Níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.

Porte dos municípios	Eficiente	Ineficiência Fraca	Ineficiência Moderada	Ineficiência Forte
Pequeno Porte I	6 (2%)	303 (97%)	3 (1%)	0 (0%)
Pequeno Porte II	1 (2%)	54 (98%)	0 (0%)	0 (0%)
Médio Porte	0 (0%)	14 (100%)	0 (0%)	0 (0%)
Grande Porte	1 (6%)	16 (94%)	0 (0%)	0 (0%)
Metrópole	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)

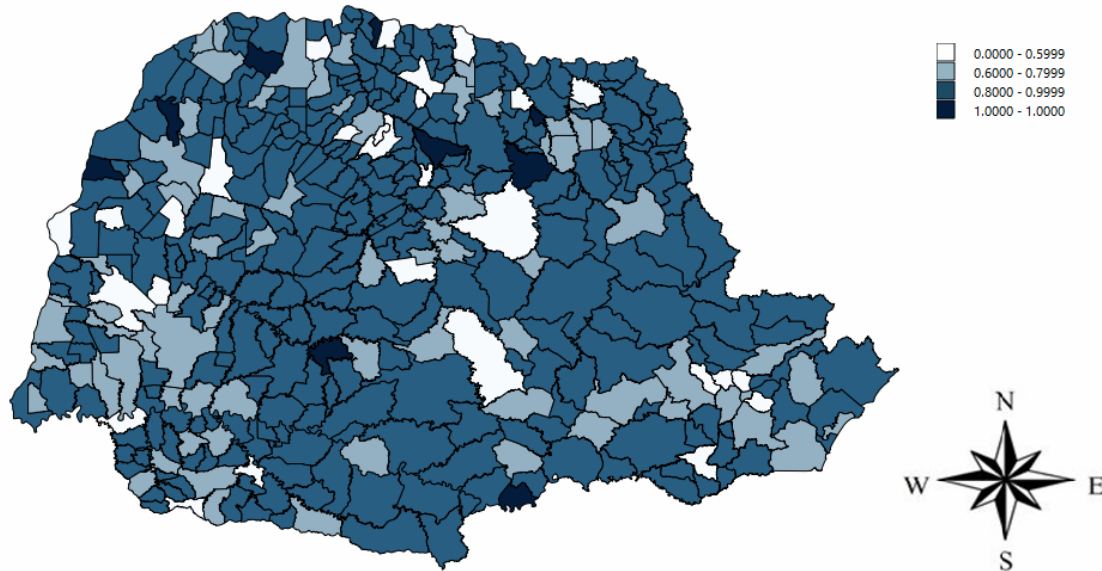
Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme a tabela 4, dos municípios de Pequeno Porte I, seis são eficientes, o que representa 2% dos municípios, 303 apresentaram ineficiência fraca e nenhum com ineficiência forte. Entre os municípios de Pequeno Porte II, um é eficiente, que representa 2% e os outros 54 apresentaram ineficiência fraca, no qual representam os outros 98%. Entre os municípios de Grande Porte, um é eficiente, o que representa 6%, e os outros 17 municípios apresentaram ineficiência fraca, sendo os outros 94%. Todos os municípios de Médio Porte e a Metrópole apresentaram ineficiência fraca. Considerando os portes de município para a TAFE, estão com melhor desempenho municípios de Grande Porte, pelo maior percentual, os municípios de Pequeno Porte I apresentaram o maior número de municípios eficientes, em que todas as crianças e adolescentes do PBF estão apresentando o acompanhamento escolar.

4.1.4 Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde

A figura 4 mostra como estão distribuídos os municípios no estado, considerando as classificações de eficiência em relação à Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde.

Figura 4 - Mapa dos níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde do Programa Bolsa Família no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde, Apucarana, Guairaçá, Ivaté, Marquinho, Nova América da Colina, Paula Freitas, Santa Inês, São Jerônimo da Serra, São Jorge do Patrocínio são eficientes, localizados nas regiões Norte Central Noroeste, Norte Pioneiro, Centro-Sul e Sudeste paranaense, o que representa 2% dos municípios do estado. Entre os municípios ineficientes, 287 apresentaram ineficiência fraca, representando 72% dos municípios. 75 apresentaram ineficiência moderada, representando 19% dos municípios e 28 apresentaram ineficiência forte, representando 7% dos municípios. Portanto, verifica-se que, a TAAS tem um número igual de municípios eficientes e um percentual menor de municípios com ineficiência fraca do que a TAFE, indicando que a eficiência do acompanhamento da agenda de saúde está pior que a eficiência acompanhamento da frequência escolar, embora ainda apresente mais da metade dos municípios com ineficiência fraca, ou seja, municípios em que, quase todas as famílias com o perfil saúde são acompanhadas.

A tabela 5 mostra a classificação dos *scores* de eficiência da TAAS dos municípios paranaenses considerando o seu tamanho.

Tabela 5 - Níveis de eficiência da Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde do Programa Bolsa Família no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.

Porte dos municípios	Eficiente	Ineficiência Fraca	Ineficiência Moderada	Ineficiência Forte
Pequeno Porte I	8 (2%)	236 (76%)	53 (17%)	15 (5%)
Pequeno Porte II	0 (0%)	36 (65%)	11 (20%)	8 (15%)
Médio Porte	0 (0%)	8 (57%)	4 (29%)	2 (14%)
Grande Porte	1 (6%)	7 (41%)	6 (35%)	3 (18%)
Metrópole	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)

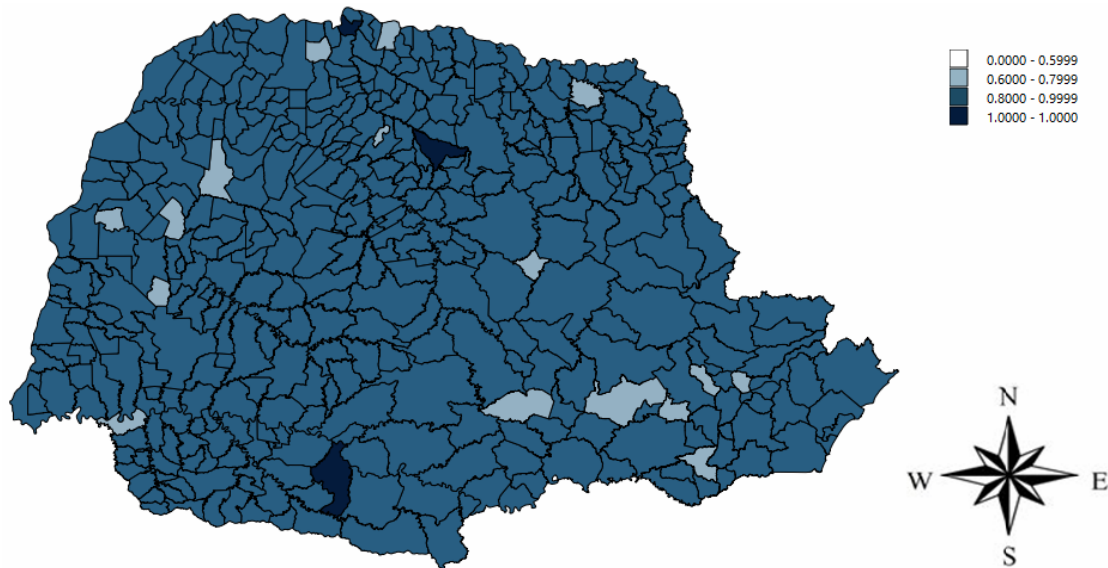
Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível observar na tabela 5, que oito dos municípios de Pequeno Porte I são eficientes, representando 2% dos municípios, 236 apresentaram ineficiência fraca, representando 76% e 15 apresentaram ineficiência forte, representando 5%. Dos municípios de Pequeno Porte II e de Médio Porte nenhum foi eficiente, 36 e 8 apresentaram municípios com ineficiência fraca respectivamente, 8 e 2 municípios apresentou ineficiência forte, representando 15 e 14% dos municípios. A Metrópole apresentou ineficiência moderada. Considerando os portes de município para a TAAS, está com melhor desempenho os municípios de Grande Porte, apresentando o maior percentual de municípios eficientes, os municípios de Pequeno Porte I apresentaram o maior número de municípios eficientes, ou seja, em que todas as famílias com perfil saúde estão sendo acompanhadas. Em relação aos municípios ineficientes, apresentam o melhor desempenho os municípios de Pequeno Porte I, com o maior percentual de famílias com fraca ineficiência e o menor percentual de famílias com ineficiência forte.

4.1.5 Índice de Gestão Descentralizada

A figura 5 mostra como estão distribuídos os municípios no estado, considerando as classificações de eficiência em relação ao Índice de Gestão Descentralizada.

Figura 5 - Mapa dos níveis de eficiência do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família no Paraná em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apenas os municípios de Apucarana, Mangueirinha e Paranapoema são eficientes na gestão do PBF no Paraná, localizados nas regiões Norte Central, Centro-Sul e Noroeste do estado, representando 0,75% dos municípios. Entre os municípios ineficientes, 380 apresentaram ineficiência fraca, o que representa 95% dos municípios. Dezesesseis apresentaram eficiência moderada, o que representa 4% dos municípios e nenhum município apresentou ineficiência forte. No geral, a gestão do Programa Bolsa Família não apresenta um bom desempenho no que tange os municípios eficientes, no entanto a grande maioria dos municípios apresenta ineficiência fraca, ou seja, municípios que pela classificação adotada pelo trabalho estão próximos da fronteira de eficiência, além de não apresentar municípios com ineficiência forte, podendo assim, alcançar melhores resultados na gestão do programa, por meio de práticas que melhorem os indicadores já analisados, resultando em um melhor índice de gestão. Nos trabalhos de Lopes e Toyoshima (2008), Queiroz et al. (2013) e Savian e Bezerra (2013) chegaram a conclusão de que, só o aumento dos recursos públicos não são suficientes para melhorar a eficiência, sendo necessário melhores práticas dos gestores municipais.

A tabela 6 mostra a classificação dos *scores* de eficiência do IGD dos municípios paranaenses considerando o seu tamanho.

Tabela 6 - Níveis de eficiência do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família no Paraná por porte de município em 2013, conforme abordagem da Análise Envoltória de Dados.

Porte dos municípios	Eficiente	Ineficiência Fraca	Ineficiência Moderada	Ineficiência Forte
Pequeno Porte I	2 (1%)	301 (96%)	9 (3%)	0 (0%)
Pequeno Porte II	0 (0%)	51 (93%)	4 (7%)	0 (0%)
Médio Porte	0 (0%)	12 (86%)	2 (14%)	0 (0%)
Grande Porte	1 (6%)	15 (88%)	1 (6%)	0 (0%)
Metrópole	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível observar na tabela 6 que dois dos municípios de Pequeno Porte I são eficientes, representando 1%, e 301 municípios apresentaram ineficiência fraca, representando 96% e 9 apresentaram eficiência moderada, o que representa 3% dos municípios. Entre os municípios de Pequeno Porte II e Médio Porte, 51 e 12 municípios apresentaram fraca eficiência respectivamente, em que representa percentuais de 93 e 86%. Em relação às cidades de Grande Porte, é possível destacar que apresentou um município eficiente, que representa 6% e 15 municípios com fraca ineficiência, que representa 88% dos municípios de Grande Porte, e a Metrópole apresentou ineficiência fraca. Considerando os níveis de eficiência para o Índice de Gestão Descentralizada, em relação aos municípios eficientes está com melhor desempenho os de Grande Porte com o maior percentual. Os municípios de Pequeno Porte I apresentaram dois dos três municípios eficientes do estado, e sem considerar a capital, os municípios de Pequeno Porte I apresentaram o melhor desempenho em relação aos níveis de eficiência classificados como ineficiência fraca e moderada, apresentando o maior percentual de municípios com ineficiência fraca, seguido dos municípios de Pequeno Porte II, com o segundo maior percentual dessa mesma classificação de ineficiência, e o menor percentual de municípios com ineficiência moderada, podendo ser um indicio de que eficiência da gestão do Programa Bolsa Família está inversamente relacionada com o tamanho do município.

Para não rejeitar a hipótese de que a gestão do PBF é mais eficiente em municípios menores, foi estimado por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O modelo apresentado na equação (3), em que log neperiano do *score* de eficiência do IGD é a variável dependente e log da população dos municípios paranaenses é a variável explicativa.

$$\ln(Ef.IGD) = \alpha + \beta \ln(Pop.) \quad (3)$$

Na tabela 7, é apresentado o resultado da regressão da gestão do PBF em relação à população dos municípios, utilizando a o logaritmo das variáveis para verificar a elasticidade.

Tabela 7 - Coeficiente estimado da variável independente para 2013. Variável dependente: Log do *Score* de eficiência do Índice de Gestão Descentralizada

Variável	Coeficientes
<i>Cons.</i>	1.981629 (0.000)
<i>Ln (Pop.)</i>	- .0081981 (0.004)

Fonte: Elaborado pelo autor com resultados da pesquisa e com dados do IBGE utilizando o método de MQO.

Nota: Os números entre parênteses abaixo dos parâmetros estimados referem-se ao valor-p.

Constatou-se que o aumento da população implica em uma redução da eficiência do IGD nos municípios do Paraná. O coeficiente da variável independente (População) foi de -0,0081981 e estatisticamente significativo a 5%, ou seja, o aumento em 10% da população do município reduz a eficiência do IGD em 0,081981%. Portanto, percebe-se que há uma relação inversa da população com a gestão do PBF, assim como foi verificado no trabalho de Monteiro et al. (2009), em que foi realiza a análise da eficiência da gestão do PBF nos municípios de Minas Gerais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisou-se a eficiência da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) para os municípios paranaenses. Foi realizada uma análise geral e por porte de município da eficiência da gestão do PBF e das taxas que o compõem nos municípios do Paraná, no qual foi utilizada a Análise Envoltória de Dados para verificar a eficiência relativa dos municípios paranaenses. E posteriormente foi realizada a estimação do coeficiente da população para confirmação da eficiência da gestão do PBF em relação ao tamanho do município, utilizado o método de MQO.

Os resultados obtidos apontam que pela análise de eficiência relativa dos municípios do Paraná na gestão do PBF, três dos 399 municípios foram eficientes (Apucarana, Mangueirinha e Paranapoema), localizados nas regiões Norte Central, Centro-Sul e Noroeste. Isso indica que há espaço para os demais municípios paranaenses melhorarem sua gestão. No que tange a análise de eficiência pelo tamanho dos municípios, apresentaram os melhores índices de eficiência, as cidades menores. Municípios de Pequeno Porte I apresentaram dois dos três municípios eficientes, um percentual menor do que representou o município eficiente de Grande Porte, porém apresentaram o maior percentual de municípios com ineficiência fraca e o menor percentual com ineficiência moderada. E o resultado obtido por meio do método de MQO confirmou que quanto menor é o município melhor é a eficiência da gestão do PBF.

Pela estrutura de cálculo do IGD o indicador que mais contribui para a melhora da gestão do IGD é a TCQC, pois obteve o maior percentual de municípios classificados como eficientes, e os municípios que mais são beneficiados são de Pequeno Porte I, com o maior percentual de municípios eficientes. A TAC é a taxa que mais colaborou para a redução do IGD, apresentando um grande percentual de municípios com ineficiência moderada ou forte, sendo os municípios de Grande Porte os mais prejudicados com o maior percentual de municípios com ineficiência moderada ou forte. Em relação à TAFE, pode-se apontar que contribui positivamente para o IGD, embora apresente apenas nove municípios eficientes, apresentou um grande percentual de municípios pertencentes à classificação de ineficiência fraca. A TAAS, assim como na TAFE, também apresenta nove municípios eficientes, no entanto os municípios com ineficiência fraca apresenta um percentual menor.

Portanto, conclui-se que entre os municípios paranaenses, os piores indicadores de eficiência relativa de gestão do PBF estão na Taxa de Atualização de Cadastro e na Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde. Outro ponto relevante do estudo é em

relação à análise da eficiência por porte de município, em que se pode concluir que a gestão do PBF está inversamente relacionada com o tamanho do município.

Espera-se, que o presente trabalho contribua para a revisão da gestão pública, com o intuito de melhorar as taxas que formam o indicador de gestão do PBF, principalmente o de atualização de cadastro e do acompanhamento das famílias com perfil saúde no programa. Adotando medidas mais efetivas para as famílias atualizarem o Cadastro Único a cada dois anos e para realizar o acompanhamento de saúde das famílias semestralmente, conforme determina o programa. A avaliação de programas sociais tem um papel importante na gestão pública, pois contribui para o melhor desempenho de sua gestão.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R. **Descentralização fiscal, políticas sociais, e transferência de renda no Brasil**. Santiago do Chile: Naciones Unidas CEPAL, 2007.
- BANKER, R.D.; CHARNES, A.; COOPER, W.W. **Some models for estimating technical scale inefficiencies in data envelopment analysis**. *Management Science*, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, nº 42, fevereiro de 2000.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. v. 2, São Paulo: Cortez, 2011.
- BEHRMAN, J. R.; PARKER, S. W.; TODD, P. E. **Long-term impacts of the oportunidades conditional cash transfer program on rural youth in Mexico**. Discussion papers // Ibero America Institute for Economic Research, Nº. 122. Goettingen: Platz der Göttinger Sieben 3, october 2005.
- BELLONI, J. A. **Uma metodologia de avaliação da eficiência produtiva de universidades federais brasileiras**. 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- BICHIR, R. M. **Capacidades estatais para a implementação de programas de transferência de renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul**. Texto para Discussão Brasília: IPEA, 2014.
- BORRAZ, F.; GONZÁLEZ, N. Impact of the Uruguayan Conditional Cash Transfer Program. **Cuadernos de Econmía**. Vol. 46, p. 243-271, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.749**, de 11 de abril de 2006. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.157**, de 16 de julho de 2007. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6491**, de 26 de junho de 2008. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6917**, de 30 de julho de 2009. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7447**, de 01 de março de 2011. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7758**, de 15 de junho de 2012. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8232**, de 30 de abril de 2014. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.836**, 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política Social e Democracia**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 494 p., 2013.

CASTRO, J. A.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, v.1, 341p., 2010.

CAVALCANTE, P. L. C. Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. **Revista do Serviço Público**. Brasília 62 (2): p. 105-118, abril/junho 2011.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; LEWIN, A. Y.; SEIFORD, L. M. **Data envelopment analysis: theory, methodology, and application**. Dordrecht: Kluwer Academic, 513 p., 1994.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. “**Measuring the efficiency of decision-making units**”. *European Journal of Operational Research*, v.2, p. 429-444, 1978.

COELLI, T. J. Recent developments in frontier modeling and efficiency measurement. **Australian Journal of Agricultural Economics**, v. 39, n. 3, p. 219-245, 1995.

DAS, J.; DO, Q. T.; OZLER, B. Reassessing Conditional Cash Transfer Programs. **The World Bank Research Observer**. Vol. 20, n. 1, 2005.

DEBREU, G. The measurement of productive efficiency. **Econometrica**, v. 19, n. 3, p. 273-292, 1951.

FARREL, M. J. The measurement of productive efficiency. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 120, p. 252-290, 1957.

FERNALD, M. N. P.; GERTLER, P.; NEUFELD, L. M. **Role of cash in conditional cash transfer programmes for child health, growth, and development: an analysis of Mexico's Oportunidades**. Vol. 371, 2008.

FERNANDES, A. S. A. **Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro na política social**. In: José Paulo Martins Junior; Humberto Dantas. (Org.). *Introdução à Política Brasileira*. São Paulo: Paulus, p. 203-226, 2007.

FERREIRA, M. A. M.; PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, D. A. A. **Análise do desempenho da Gestão do Programa Bolsa Família em Minas Gerais por meio da *Data Envelopment Analysis* (DEA)**. Sumário Executivo. Minas Gerais: SAGI-MDS, janeiro de 2013.

FROTA, M. M. R.; ZIMMERMANN, C. R. **O Brasil e as experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda**. 13º Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica. 2010.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. **The Impact of the Bolsa Escola/Familia Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Grade Promotion and Drop out Rates in Brazil**. In: *Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia*. Salvador, Anpec, 2008.

Governo Federal. **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil**. Comunicados do IPEA nº 159. Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2013.

HANDA, S.; DAVIS, B. The Experience of Conditional Cash Transfers in Latin America and the Caribbean. **Agricultural and Development Economics Division**. ESA Working Paper nº 06-07, may 2006.

HOFFMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 55-81, junho 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Acesso em: 08 de abril de 2014.

LINS, M. P. E.; MEZA, L. A. **Análise Envoltória de Dados e perspectivas de integração no ambiente de Apoio à Decisão**. Editora da COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

LOPES, L. S.; TOYOSHIMA, S. H. **Eficiência técnica municipal na gestão dos gastos com saúde e educação em Minas Gerais: seus impactos e determinantes**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. 2008, Diamantina. Anais. Diamantina, MG, 2008.

MARIANO, E. B.; ALMEIDA, M. R.; REBELATTO, D. A. N. **Peculiaridades da Análise por Envoltória de Dados**. In: SIMPEP, 2006, Bauru, SP, 2006.

MARINHO, E. L. L.; LINHARES, F. C.; CAMPELO, G. L. Os Programas de Transferência de Renda do Governo Afetam a Pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, p. 267-288, 2011.

MATTA, I. B.; FERREIRA, M. A. M. **Concepções Teóricas e Operacionais do IGD Enquanto Instrumento de Avaliação da Gestão do Programa Bolsa Família**. In: ENAPEGS, 2012, São Paulo. Anais do ENAPEGS 2012, 2012.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 05 de maio de 2014.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
Caderno informativo sobre o Índice de Gestão Descentralizada do PBF – IGD.

Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/arquivos/.../download>
Acesso em: 05 de maio de 2014.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Matriz de Informação Social. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

MELGAREJO, A. P. B. **Eficiência do Controle do Programa Bolsa Família na Perspectiva da Gestão por Resultados.** 2011. 105 folhas. Dissertação de Mestrado, FGV – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11243> >. Acesso em: 05 mai. 2014.

MELLO, J. C. C. B. S.; MEZA, L. A.; GOMES, E. G.; BIONDI NETO, L. **Curso de Análise Envoltória de Dados.** SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL. 2005, Gramado. RS, 2005.

MONTEIRO, D. A. A. **Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família.** 2008. 101 folhas. Dissertação de Mestrado, UFV – Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: < http://www.tede.ufv.br/tesesimplificado/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=1774 >. Acesso em: 05 mai. 2014.

MONTEIRO, D. A. A.; FERREIRA, M. A. M.; TEIXEIRA, K. M. D. Determinantes da Gestão do Programa Bolsa Família: análise do índice de gestão descentralizada em Minas Gerais. **Revista Saúde e Sociedade.** v. 18, n. 2, p. 214-226, 2009.

NASCIMENTO, A. F.; REIS, C. N. dos. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém. **Revista de Políticas Públicas,** São Luis v. 13, n. 2, p. 183-193, jul./dez. 2009.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996.

PEDROSO, M. M.; CALMON, P. D. P.; BANDEIRA, L. F. O uso da Análise Envoltória de Dados para avaliação da gestão do Programa Bolsa-Família. **Comunicação em Ciências da Saúde,** v. 20, p. 37-44, 2009.

PIRES, D. C. A.; LONGO, L. A. F. B. **A implantação do Bolsa Família e sua relação com a pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006.** Bahia Análise & Dados, v. 18, p. 7-21, 2008.

QUEIROZ, M. F. M.; SILVA, J. L. M.; FIGUEIREDO, J. S.; VALE, F. F. R. do; **Eficiência do Gasto Público com Saúde: Uma Análise nos Municípios do Rio Grande do Norte.** Documentos técnico-científicos. Rio Grande do Norte, agosto de 2013.

SAVIAN, M. P. G.; BEZERRA, F. M. Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná. **Economia & Região,** v. 1, n. 1, p. 26-47, jan./jul. 2013.

SILVA, M. O.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI G. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** 6 ed. Editora: Cortez, 2004.

SILVA e SILVA, M. O. da. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, 2010.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. Cash Transfer Programmes in Brazil: impacts on inequality e poverty. **United Nations Development Programme**. Brasília, Working Paper nº 21, june 2006.

SOARES, S.; OSÓRIO, R. G.; SOARES, F. V.; MEDEIROS, M.; ZEPEDA, E. Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and México: impacts upon inequality. **Estudios Económicos**. N. 1, p. 207-224, 2009.

SOARES, S.; OSÓRIO, R. G.; SOARES, F. V.; MEDEIROS, M.; ZEPEDA, E. **Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade.** Texto para discussão 1293. Brasília: IPEA, julho de 2007.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania: A Saída é Pela Porta.** São Paulo. Editora: Cortez, 2002.

SURCO, D. F.; WILHELM, V. E. Desenvolvimento de uma ferramenta computacional para avaliação da eficiência técnica baseada em DEA. **Revista Sistemas e Gestão**, v. 1, n. 1, p.42-157, janeiro a abril de 2006.

VIEIRA, E. **Estado e Miséria Social no Brasil: de Getulio Vargas a Geisel.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ZIMMERMANN, C.; SILVA, M. da C. As experiências internacionais de renda mínima na redução da pobreza. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 82, março de 2008.

ANEXO

ANEXO A

Escores de eficiência da tcqç, TAC, TAFE, TAAS E do IGD

Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD	Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD
Abatiá	1	0.55	0.96	0.96	0.91	Bocaiúva do Sul	1	0.65	0.93	0.74	0.89
Adrianópolis	1	0.62	0.95	0.92	0.92	Bom Jesus do Sul	0.85	0.76	0.99	0.98	0.93
Agudos do Sul	0.81	1	0.99	0.83	0.96	Bom Sucesso	1	0.79	0.96	0.99	0.97
Almirante Tamandaré	1	0.53	0.969	0.55	0.8	Bom Sucesso do Sul	0.94	0.62	0.94	0.88	0.89
Altamira do Paraná	1	0.64	0.96	0.89	0.93	Borrazópolis	1	0.57	0.97	0.89	0.91
Alto Paraíso	1	0.55	1	0.94	0.93	Braganey	1	0.59	0.94	0.75	0.87
Alto Paraná	1	0.8	0.88	0.72	0.89	Brasilândia do Sul	1	0.62	0.95	0.9	0.92
Alto Piquiri	1	0.46	0.97	0.49	0.77	Cafeara	1	0.54	0.97	0.94	0.91
Altônia	1	0.53	1	0.87	0.9	Cafelândia	1	0.49	0.98	0.7	0.83
Alvorada do Sul	1	0.62	0.91	0.52	0.8	Cafezal do Sul	1	0.47	0.92	0.9	0.87
Amaporã	1	0.54	0.96	0.84	0.87	Califônia	0.94	0.49	0.99	0.86	0.87
Ampére	1	0.62	0.93	0.68	0.85	Cambará	1	0.49	0.94	0.97	0.9
Anahy	1	0.35	0.96	0.89	0.84	Cambé	1	0.55	0.96	0.77	0.87
Andirá	0.98	0.62	0.93	0.82	0.89	Cambira	1	0.49	0.94	0.82	0.86
Ângulo	1	0.52	0.95	0.9	0.88	Campina da Lagoa	1	0.71	0.93	0.87	0.92
Antonina	1	0.67	0.956	0.76	0.89	Campina do Simão	1	0.78	0.92	0.97	0.96
Antônio Olinto	0.91	0.53	0.96	0.96	0.89	Campina Grande do Sul	1	0.5	0.91	0.94	0.89
Apucarana	1	1	1	1	1	Campo Bonito	1	0.6	0.91	0.8	0.87
Arapongas	1	0.64	0.95	0.85	0.91	Campo do Tenente	1	0.75	0.86	0.88	0.91
Arapoti	0.94	0.61	0.95	0.79	0.87	Campo Largo	1	0.54	0.957	0.78	0.87
Arapuã	1	0.7	0.91	0.91	0.91	Campo Magro	0.92	0.56	0.98	0.54	0.79
Araruna	1	0.6	0.94	0.69	0.85	Campo Mourão	1	0.58	0.88	0.97	0.91
Araucária	0.98	0.67	0.99	0.9	0.93	Cândido de Abreu	1	0.66	0.92	0.97	0.94
Ariranha do Ivaí	1	0.66	0.9	0.79	0.88	Candói	1	0.7	0.9	0.87	0.91
Assaí	1	0.6	0.94	0.98	0.94	Cantagalo	0.99	0.77	0.94	0.96	0.95
Assis Chateaubriand	1	0.49	0.94	0.94	0.9	Capanema	1	0.63	0.85	0.27	0.73
Astorga	1	0.52	0.95	0.99	0.9	Capitão Leônidas					
Atalaia	1	0.72	0.94	0.93	0.95	Marques	1	0.65	0.94	0.8	0.89
Balsa Nova	1	0.41	0.97	0.61	0.79	Carambeí	0.86	0.47	0.94	0.86	0.82
Bandeirantes	1	0.57	0.916	0.35	0.75	Carlópolis	1	0.68	0.963	0.85	0.92
Barbosa Ferraz	0.98	0.79	0.92	0.82	0.92	Cascavel	1	0.56	0.95	0.78	0.87
Barra do Jacaré	1	0.42	0.93	0.95	0.86	Castro	1	0.83	0.936	0.81	0.93
Barracão	1	0.6	0.88	0.9	0.89	Catanduvas	0.86	0.72	0.91	0.97	0.91
Bela Vista da Caroba	1	0.69	0.95	0.83	0.92	Centenário do Sul	1	0.72	0.95	0.84	0.93
Bela Vista do Paraíso	1	0.5	0.94	0.72	0.84	Cerro Azul	1	0.76	0.97	0.93	0.95
Bituruna	1	0.79	0.96	0.94	0.96	Céu Azul	1	0.51	0.94	0.78	0.86
Boa Esperança	0.9	0.65	0.94	0.74	0.85	Chopinzinho	1	0.69	0.903	0.83	0.91
Boa Esperança do Iguaçu	1	0.57	0.9	0.94	0.9	Cianorte	1	0.56	0.952	0.89	0.9
Boa Ventura de São Roque	1	0.6	0.924	0.86	0.9	Cidade Gaúcha	1	0.49	0.93	0.81	0.85
Boa Vista da Aparecida	1	0.77	0.954	0.79	0.92	Clevelândia	1	0.76	0.977	0.72	0.9
						Colombo	1	0.49	0.937	0.42	0.75

Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD	Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD
Colorado	0.63	0.71	0.95	0.97	0.85	Foz do Iguaçu	1	0.66	0.92	0.82	0.9
Congonhinhas	1	0.65	0.91	0.7	0.86	Foz do Jordão	1	0.7	0.91	0.91	0.92
Conselheiro Mairinck	1	0.62	0.93	0.96	0.92	Francisco Alves	1	0.52	0.85	0.57	0.78
Contenda	1	0.55	0.97	0.92	0.91	Francisco Beltrão	1	0.64	0.96	0.68	0.87
Corbélia	1	0.6	0.95	0.81	0.89	General Carneiro	1	0.85	0.92	0.96	0.98
Cornélio Procópio	1	0.51	0.931	0.8	0.86	Godoy Moreira	1	0.49	0.93	0.9	0.88
Coronel Domingo Soares	0.89	0.77	0.99	0.86	0.93	Goioerê	0.87	0.67	0.95	0.86	0.89
Coronel Vivida	0.97	0.64	0.94	0.93	0.93	Goioxim	1	0.77	0.96	0.78	0.92
Corumbataí do Sul	1	0.57	0.89	0.93	0.9	Grandes Rios	1	0.66	0.911	0.68	0.86
Cruz Machado	0.66	0.92	0.99	0.89	0.91	Guaira	1	0.67	0.935	0.52	0.82
Cruzeiro do Iguaçu	0.97	0.57	0.94	0.92	0.9	Guairaçá	1	0.6	0.95	1	0.92
Cruzeiro do Oeste	1	0.32	0.9	0.36	0.68	Guamiranga	0.93	0.87	0.97	0.91	0.98
Cruzeiro do Sul	1	0.65	0.953	0.82	0.91	Guapirama	1	0.58	0.97	0.9	0.89
Cruzmalina	1	0.7	0.92	0.95	0.94	Guaporema	1	0.61	0.93	0.9	0.91
Curitiba	0.94	0.69	0.93	0.77	0.88	Guaraci	1	0.57	0.94	0.88	0.9
Curiúva	1	0.67	0.92	0.91	0.92	Guaraniaçu	0.95	0.51	0.92	0.87	0.86
Diamante do Norte	1	0.59	0.87	0.92	0.89	Guarapuava	1	0.78	0.903	0.88	0.94
Diamante do Sul	1	0.41	0.96	0.93	0.86	Guaraqueçaba	1	0.7	0.87	0.89	0.9
Diamante D'oste	1	0.83	0.94	0.83	0.93	Guaratuba	1	0.73	0.94	0.74	0.91
Dois Vizinhos	1	0.44	0.94	0.65	0.8	Honório Serpa	1	0.67	0.96	0.82	0.92
Douradina	1	0.64	0.992	0.71	0.88	Ibaiti	1	0.56	0.95	0.86	0.9
Doutor Camargo	1	0.37	0.92	0.94	0.86	Ibema	1	0.79	0.97	0.87	0.95
Doutor Ulysses	1	0.68	0.9	0.98	0.95	Ibiporã	0.8	0.73	0.94	0.72	0.84
Enéas Marques	1	0.68	0.96	0.9	0.93	Icaraíma	0.79	0.44	0.95	0.91	0.82
Engenheiro Beltrão	1	0.55	0.92	0.97	0.91	Iguaraçu	0.87	0.74	0.95	0.94	0.91
Entre Rios do Oeste	1	0.68	0.82	0.6	0.81	Iguatu	1	0.51	0.93	0.93	0.89
Esperança Nova	1	0.5	0.95	0.85	0.86	Imbaú	1	0.56	0.804	0.64	0.79
Espigão Alto do Iguaçu	1	0.89	0.933	0.82	0.95	Imbituva	0.87	0.65	0.93	0.87	0.88
Farol	1	0.67	0.93	0.94	0.93	Inácio Martins	1	0.94	0.955	0.93	0.998
Faxinal	1	0.62	0.919	0.65	0.84	Inajá	1	0.37	1	0.83	0.84
Fazenda Rio Grande	1	0.64	0.88	0.93	0.91	Indianópolis	1	0.55	0.93	0.97	0.91
Fênix	1	0.67	0.97	0.92	0.95	Ipiranga	1	0.66	0.94	0.81	0.9
Fernandes Pinheiro	1	0.72	0.96	0.98	0.95	Iporã	1	0.39	0.9	0.88	0.84
Figueira	1	0.53	0.9	0.96	0.9	Iracema do Oeste	1	0.6	0.94	0.94	0.92
Flor da Serra do Sul	1	0.72	0.93	0.56	0.84	Irati	0.53	0.83	0.887	0.75	0.77
Floraí	1	0.64	0.95	0.98	0.95	Iretama	1	0.89	0.98	0.89	0.997
Floresta	1	0.51	1	0.91	0.89	Itaguajé	0.8	0.74	0.99	0.87	0.88
Florestópolis	1	0.59	0.97	0.95	0.91	Itaipulândia	1	0.69	0.92	0.68	0.88
Flórida	1	0.86	0.97	0.98	0.98	Itambaracá	1	0.59	0.95	0.82	0.88
Formosa do Oeste	1	0.58	0.94	0.95	0.92	Itambé	1	0.33	0.94	0.81	0.82

Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD	Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD
Itapejara D'oeste	1	0.57	0.94	0.55	0.8	Mandirituba	0.82	0.63	0.95	0.88	0.87
Itaperuçu	1	0.59	0.8	0.88	0.87	Manfrinópolis	1	0.51	0.97	0.95	0.91
Itaúna do Sul	1	0.53	0.91	0.95	0.9	Mangueirinha	1	1	1	0.89	1
Ivaí	1	0.75	0.96	0.76	0.91	Manoel Ribas	0.97	0.78	0.93	0.54	0.85
Ivaíporã	1	0.47	0.92	0.96	0.9	Marechal Cândido Rondon	1	0.33	0.89	0.89	0.83
Ivaté	1	0.4	0.962	1	0.9	Maria Helena	1	0.61	0.962	0.89	0.92
Ivatuba	1	0.37	0.93	0.92	0.85	Marialva	1	0.51	0.97	0.58	0.8
Jaboti	1	0.48	0.95	0.99	0.89	Marilândia do Sul	1	0.55	0.95	0.84	0.89
Jacarezinho	1	0.52	0.95	0.95	0.9	Marilena	1	0.68	0.96	0.77	0.89
Jaguapitã	1	0.5	0.933	0.58	0.8	Mariluz	1	0.65	0.95	0.88	0.92
Jaguariaíva	0.76	0.84	0.961	0.96	0.89	Maringá	1	0.47	0.93	0.77	0.84
Jandaíá do Sul	1	0.45	0.94	0.84	0.85	Mariópolis	0.92	0.81	0.98	0.89	0.95
Janiópolis	1	0.73	0.91	0.87	0.93	Maripá	0.56	0.82	0.95	0.94	0.85
Japira	1	0.63	0.96	0.96	0.92	Marmeleiro	1	0.75	0.981	0.69	0.91
Japurá	1	0.57	0.94	0.89	0.89	Marquinho	1	0.62	0.94	1	0.93
Jardim Alegre	1	0.6	0.94	0.84	0.89	Marumbi	1	0.67	0.92	0.98	0.92
Jardim Olinda	1	0.68	0.99	0.82	0.91	Matelândia	1	0.61	0.93	0.75	0.86
Jataizinho	1	0.53	0.96	0.8	0.87	Matinhos	1	0.69	0.9	0.94	0.93
Jesuítas	1	0.6	0.96	0.92	0.93	Mato Rico	1	0.73	0.9	0.88	0.92
Joaquim Távora	1	0.47	0.92	0.9	0.88	Mauá da Serra	0.92	0.69	0.961	0.63	0.84
Jundiá do Sul	1	0.6	0.93	0.74	0.86	Medianeira	1	0.63	0.94	0.76	0.87
Juranda	0.97	0.58	0.911	0.91	0.89	Mercedes	0.82	0.45	0.97	0.92	0.83
Jussara	1	0.69	0.94	0.93	0.92	Mirador	1	0.4	0.96	0.73	0.81
Kaloré	1	0.59	0.93	0.96	0.91	Miraselva	1	0.46	0.99	0.94	0.9
Lapa	0.88	0.7	0.95	0.88	0.9	Missal	1	0.52	0.97	0.84	0.89
Laranjal	1	0.81	0.9	0.89	0.93	Moreira Sales	1	0.56	0.79	0.77	0.83
Laranjeiras do Sul	0.85	0.58	0.981	0.9	0.87	Morretes	1	0.57	0.99	0.87	0.9
Leópolis	1	0.75	0.94	0.95	0.95	Munhoz de Melo	1	0.32	0.98	0.95	0.86
Lidianópolis	1	0.54	0.93	0.9	0.89	Nossa Senhora das Graças	1	0.47	0.79	0.91	0.83
Lindoeste	1	0.58	0.984	0.82	0.9	Nova Aliança do Ivaí	1	0.75	0.94	0.87	0.93
Loanda	1	0.56	0.89	0.76	0.86	Nova América da Colina	1	0.67	0.83	1	0.91
Lobato	1	0.97	0.97	0.87	0.998	Nova Aurora	1	0.36	0.94	0.99	0.87
Londrina	1	0.59	0.98	0.8	0.9	Nova Cantu	1	0.57	0.96	0.85	0.88
Luiziana	1	0.72	0.98	0.86	0.94	Nova Esperança	1	0.62	0.94	0.88	0.9
Lunardelli	1	0.7	0.94	0.92	0.93	Nova Esperança do Sudoeste	1	0.54	0.98	0.93	0.91
Lupionópolis	1	0.69	0.98	0.95	0.94	Nova Fátima	1	0.67	0.95	0.73	0.89
Mallet	1	0.75	0.94	0.7	0.9	Nova Laranjeiras	1	0.64	0.89	0.88	0.9
Mamborê	0.75	0.68	0.95	0.93	0.88	Nova Londrina	1	0.41	0.91	0.84	0.82
Mandaguaçu	1	0.37	0.94	0.9	0.84	Nova Olímpia	1	0.8	0.94	0.9	0.96
Mandaguari	1	0.42	0.96	0.8	0.83	Nova Prata do Iguaçu	0.92	0.75	0.95	0.86	0.92

Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD	Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD
Nova Santa Bárbara	1	0.75	0.97	0.86	0.94	Porto Barreiro	0.99	0.82	0.94	0.88	0.95
Nova Santa Rosa	1	0.65	0.94	0.79	0.89	Porto Rico	1	0.38	0.95	0.95	0.85
Nova Tebas	1	0.69	0.95	0.7	0.88	Porto Vitória	0.69	0.76	0.96	0.99	0.89
Novo Itacolomi	1	0.7	0.92	0.58	0.84	Prado Ferreira	1	0.59	0.96	0.88	0.89
Ortigueira	1	0.96	0.906	0.33	0.83	Pranchita	1	0.66	0.98	0.86	0.92
Ourizona	1	0.56	0.95	0.92	0.91	Presidente Castelo Branco	1	0.31	0.96	0.74	0.8
Ouro Verde do Oeste	1	0.56	0.91	0.77	0.86	Primeiro de Maio	0.96	0.72	0.93	0.83	0.91
Paiçandu	1	0.72	0.937	0.51	0.82	Prudentópolis	1	0.83	0.981	0.58	0.89
Palmas	1	0.65	0.921	0.81	0.89	Quarto Centenário	1	0.54	0.93	0.79	0.86
Palmeira	0.87	0.49	0.95	0.62	0.78	Quatiguá	1	0.62	0.89	0.83	0.87
Palmital	1	0.69	0.91	0.85	0.92	Quatro Barras	1	0.44	0.95	0.91	0.88
Palotina	0.92	0.78	0.99	0.94	0.95	Quatro Pontes	1	0.52	0.81	0.93	0.86
Paraíso do Norte	1	0.43	0.95	0.94	0.88	Quedas do Iguaçu	1	0.69	0.9	0.77	0.89
Paranacity	1	0.64	0.93	0.72	0.87	Querência do Norte	1	0.56	0.9	0.85	0.87
Paranaguá	1	0.69	0.891	0.9	0.91	Quinta do Sol	1	0.68	0.96	0.93	0.95
Paranapoema	1	1	0.96	0.9	1	Quitandinha	0.85	0.46	0.948	0.29	0.68
Paranavaí	1	0.81	0.953	0.77	0.93	Ramilândia	1	0.52	0.89	0.86	0.87
Pato Bragado	1	0.42	0.95	0.89	0.87	Rancho Alegre	1	0.61	0.81	0.87	0.87
Pato Branco	0.92	0.83	0.881	0.8	0.91	Rancho Alegre D' oeste	1	0.59	1	0.95	0.94
Paula Freitas	0.99	0.65	0.95	1	0.94	Realeza	1	0.66	0.974	0.9	0.93
Paulo Frontin	0.96	0.51	1	0.93	0.89	Rebolças	1	0.73	0.93	0.9	0.93
Peabiru	1	0.7	0.86	0.98	0.93	Renascença	1	0.71	0.94	0.89	0.93
Perobal	1	0.33	0.98	0.78	0.82	Reserva	0.93	0.8	0.943	0.8	0.91
Pérola	1	0.45	0.937	0.74	0.83	Reserva do Iguaçu	1	0.76	0.722	0.73	0.84
Pérola D' oeste	1	0.81	0.98	0.95	0.97	Ribeirão Claro	1	0.55	0.91	0.94	0.9
Piên	0.91	0.68	0.97	0.99	0.94	Ribeirão do Pinhal	1	0.68	0.96	0.67	0.87
Pinhais	0.88	0.7	0.98	0.79	0.89	Rio Azul	0.93	0.63	0.94	0.96	0.9
Pinhal de São Bento	1	0.7	0.97	0.83	0.92	Rio Bom	0.99	0.65	0.93	0.89	0.91
Pinhalão	1	0.41	0.99	0.93	0.87	Rio Bonito do Iguaçu	1	0.75	0.91	0.89	0.93
Pinhão	1	0.79	0.87	0.86	0.93	Rio Branco do Ivaí	1	0.68	0.91	0.7	0.87
Pirai do Sul	1	0.63	0.95	0.8	0.89	Rio Branco do Sul	1	0.81	0.98	0.87	0.97
Piraquara	0.93	0.69	0.91	0.54	0.81	Rio Negro	0.95	0.6	0.98	0.93	0.9
Pitanga	1	0.9	0.926	0.97	0.99	Rolândia	1	0.53	0.953	0.83	0.88
Pitangueiras	1	0.7	0.9	0.49	0.81	Roncador	1	0.68	0.97	0.93	0.94
Planaltina do Paraná	1	0.72	0.92	0.98	0.94	Rondon	1	0.64	0.92	0.93	0.93
Planalto	1	0.72	0.97	0.87	0.94	Rosário do Ivaí	1	0.84	0.965	0.93	0.97
Ponta Grossa	0.94	0.49	0.91	0.84	0.84	Sabáudia	1	0.5	0.97	0.88	0.89
Pontal do Paraná	1	0.53	0.947	0.67	0.83	Salgado Filho	1	0.84	0.97	0.91	0.98
Porecatu	1	0.61	0.97	0.99	0.92	Salto do Itararé	1	0.52	0.89	0.9	0.88
Porto Amazonas	1	0.67	0.99	0.88	0.92	Salto do Lontra	1	0.87	0.87	0.78	0.93

Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD	Município	TCQC	TAC	TAFE	TAAS	IGD
Santa Amélia	1	0.68	0.94	0.67	0.86	Sapopema	1	0.69	0.89	0.84	0.9
Santa Cecília do Pavão	1	0.85	0.96	0.94	0.97	Sarandi	1	0.47	0.898	0.34	0.72
Santa Cruz de Monte Castelo	1	0.55	0.99	0.86	0.91	Saudade do Iguaçu	1	0.67	0.96	0.99	0.96
Santa Fé	0.78	0.71	0.94	0.95	0.88	Sengés	0.95	0.7	0.92	0.87	0.91
Santa Helena	0.93	0.62	0.945	0.68	0.84	Serranópolis do Iguaçu	1	0.62	0.98	0.88	0.91
Santa Inês	1	0.38	0.93	1	0.86	Sertaneja	1	0.79	0.97	0.96	0.97
Santa Isabel do Ivaí	1	0.46	0.844	0.91	0.86	Sertanópolis	1	0.44	0.95	0.98	0.88
Santa Izabel do Oeste	1	0.42	0.92	0.81	0.84	Siqueira Campos	1	0.61	0.96	0.86	0.9
Santa Lúcia	1	0.65	0.95	0.96	0.94	Sulina	1	0.75	0.91	0.98	0.96
Santa Maria do Oeste	1	0.84	0.96	0.91	0.98	Tamarana	0.59	0.81	0.97	0.91	0.86
Santa Mariana	1	0.57	0.93	0.94	0.91	Tamboara	1	0.6	0.951	0.84	0.89
Santa Mônica	1	0.63	0.93	0.87	0.9	Tapejara	0.87	0.5	0.969	0.92	0.86
Santa Tereza do Oeste	1	0.55	0.91	0.68	0.82	Tapira	0.8	0.62	0.979	0.96	0.88
Santa Terezinha de Itaipu	1	0.7	0.914	0.68	0.87	Teixeira Soares	1	0.69	0.92	0.91	0.91
Santana do Itararé	1	0.52	0.971	0.99	0.93	Telêmaco Borba	1	0.59	0.98	0.89	0.92
Santo Antônio da Platina	1	0.49	0.909	0.92	0.88	Terra Boa	1	0.43	0.96	0.92	0.88
Santo Antônio do Caiuá	1	0.31	0.93	0.95	0.83	Terra Rica	1	0.39	0.96	0.91	0.85
Santo Antônio do Paraíso	1	0.73	0.991	0.65	0.89	Terra Roxa	1	0.36	0.938	0.87	0.85
Santo Antônio do Sudoeste	1	0.69	0.84	0.76	0.87	Tibagi	0.98	0.88	0.98	0.81	0.96
Santo Inácio	0.64	0.68	0.94	0.49	0.72	Tijucas do Sul	1	0.65	0.95	0.88	0.91
São Carlos do Ivaí	1	0.57	0.91	0.94	0.89	Toledo	1	0.59	0.937	0.55	0.82
São Jerônimo da Serra	0.98	0.73	0.95	1	0.97	Tomazina	1	0.59	0.97	0.88	0.92
São João	0.91	0.73	0.94	0.81	0.89	Três Barras do Paraná	1	0.72	0.96	0.74	0.91
São João do Caiuá	1	0.43	0.92	0.5	0.76	Tunas do Paraná	1	0.77	0.86	0.96	0.95
São João do Ivaí	1	0.7	0.942	0.81	0.91	Tuneiras do Oeste	0.87	0.53	0.95	0.8	0.83
São João do Triunfo	1	0.64	0.96	0.6	0.85	Tupãssi	1	0.57	0.926	0.5	0.79
São Jorge do Ivaí	1	0.65	0.88	0.92	0.91	Turvo	1	0.89	0.874	0.76	0.92
São Jorge do Patrocínio	1	0.33	0.93	1	0.85	Ubiratã	1	0.54	0.9	0.91	0.88
São Jorge D'oeste	0.55	0.89	0.98	0.96	0.9	Umuarama	0.82	0.62	0.977	0.74	0.83
São José da Boa Vista	0.94	0.82	0.92	0.99	0.97	União da Vitória	0.85	0.76	0.96	0.94	0.93
São José das Palmeiras	1	0.64	0.88	0.86	0.9	Uniflor	1	0.51	0.92	0.95	0.89
São José dos Pinhais	0.98	0.76	0.934	0.7	0.89	Uraí	1	0.55	0.95	0.52	0.8
São Manoel do Paraná	1	0.45	0.98	0.96	0.9	Ventania	0.85	0.76	0.94	0.8	0.88
São Mateus do Sul	0.83	0.66	0.97	0.89	0.88	Vera Cruz do Oeste	1	0.59	0.96	0.83	0.9
São Miguel do Iguaçu	1	0.58	0.95	0.88	0.91	Verê	1	0.68	0.97	0.82	0.91
São Pedro do Iguaçu	1	0.64	0.94	0.74	0.88	Virmond	1	0.7	0.98	0.91	0.93
São Pedro do Ivaí	1	0.58	0.87	0.92	0.89	Vitorino	1	0.62	0.9	0.96	0.92
São Pedro do Paraná	1	0.5	0.905	0.7	0.82	Wenceslau Braz	0.86	0.93	0.912	0.95	0.96
São Sebastião da Amoreira	1	0.71	0.89	0.95	0.93	Xambrê	1	0.47	0.904	0.88	0.87
São Tomé	1	0.4	0.92	0.95	0.87						

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).